



**Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC**

**Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED**

**Curso de Licenciatura em História**

**O Estado místico de Campanella: A Cidade do Sol e a utopia do século XVII**

**Carlos Alberto Vieira Júnior**

**Florianópolis**

**2016**

**Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC**

**Centro de Ciências Humanas e da Educação – FAED**

**Curso de Licenciatura em História**

**Carlos Alberto Vieira Júnior**

**O Estado místico de Campanella: A Cidade do Sol e a utopia do século XVII**

Trabalho de Conclusão de Curso visando à  
obtenção de diploma em História (licenciatura) no  
Centro de Ciências Humanas e da Educação –  
FAED/UDESC

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dra. Silvia Regina Liebel

## AGRADECIMENTOS

No meu percurso acadêmico que está aqui encerrando-se uma etapa, muitas pessoas foram importantes e são merecedoras destas linhas de agradecimento em uma parte importante da minha vida.

Primeiramente, á UDESC por ser o local onde tanto aprendi. Apesar dos tantos problemas encontrados no caminho, a universidade me trouxe bons professores e um ambiente acolhedor que procurei aproveitar, sendo de suma importância para que chegasse neste momento em que entrego meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Com muito carinho agradeço a professora Silvia Liebel, minha orientadora, por toda paciência e atenção que me deu nesta jornada. Por continuar a acreditar em mim mesmo em momentos que poucos professores acreditariam. O grupo de estudos coordenado por ela do qual participo desde o começo me deu a inspiração para este trabalho e seus apontamentos melhoraram muito a minha escrita. Agradeço também aos professores Emerson Campos e Rogério Rosa que compõem a minha banca. Foram também meus professores e fizeram parte desta jornada.

Aos amigos e amigas, desde a minha entrada em 2011.1 e todos os que adotei posteriormente. Citar um ou uma só causaria injustiça ao restante e são muitos dos quais aqui vivenciei bons momentos e aprendi tanto com boas conversas.

À minha mãe, Patrícia, por sempre estar do meu lado e fazer de tudo para que eu conseguisse alcançar meus objetivos. O amor e devoção de uma mãe dão forças para acreditarmos em nós mesmos e nunca conheci amor tão grande quanto o dela. Também à minha tia, Graziela, pela segunda mãe que sempre foi para mim e pelas longas conversas sobre história com ela e com minha prima, Jéssica. Ao meu pai, Carlos, pelos ensinamentos que me trouxe e por sempre me incentivar a estudar. A todos os familiares que contribuíram de alguma maneira para que esse momento aqui acontecesse.

Gostaria de agradecer também à minha avó, Doraci, que em um tempo de dificuldades pagou meus estudos e sempre me trouxe o carinho e o amor que foram imprescindíveis para que eu me tornasse quem eu sou. Hoje a consciência lhe deixou, mas as memórias que trago dela a fazem eterna.

Enfim, meu desejo é que sintam-se agraciados todos aqueles com quem pude ter um aprendizado, uma lição que me fizesse chegar aqui, um pequeno passo para o que posso ter ainda durante a minha vida e carreira acadêmica. Meu sincero agradecimento a todos os que passaram pela minha vida até este momento.

## RESUMO

VIEIRA JÚNIOR, Carlos Alberto. **O Estado místico de Campanella: A Cidade do Sol e a utopia do século XVII.** 62 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

Neste presente trabalho o objetivo é refletir sobre o formato de Estado imprimido por Tommaso Campanella em A Cidade do Sol, uma utopia do início do século XVII. Para tanto, precisamos também aqui refletir sobre o uso deste tipo de literatura de utopia dentro da pesquisa histórica. Como se trata de uma utopia de reconstrução, com bases consideradas reais para o seu tempo, esta possui uma abordagem política e filosófica forte, sobretudo com a influência da astrologia e do conceito de deus presente na natureza do autor, que impunha uma moral positivada fortemente sobre seus habitantes. Sob os parâmetros de uma história intelectual, a abordagem será no sentido de compreender o tempo espaço de Campanella e suas bases filosóficas de pensamento, para que possamos partir de alguns pressupostos para investigar sua obra. O objetivo final, portanto, é compreender que tipo de Estado o autor cria e suas relações com o próprio autor, seu tempo, lugar e os elementos da literatura utópica que estiveram presentes em tantas obras no período aqui estudado.

**Palavras-chave:** Utopia. Campanella. Cidade do Sol. Literatura. Estado

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1 - Literatura, utopia, representação e relações entre o imaginário e o real na obra de Campanella.....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 2 - Campanella, o homem e seu tempo-espaço.....</b>	<b>26</b>
<b>CAPÍTULO 3 - A Cidade do Sol em seu contexto político: utopia, imaginário e a defesa de um estado místico comunitário.....</b>	<b>41</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>57</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>60</b>

## INTRODUÇÃO

Preso entre os calabouços de Sant’Elmo na tumultuada Nápoles e prisões da Inquisição em Roma<sup>1</sup>, encontrava-se em meio a tantos hereges e heresiarcas contra a fé cristã, no longínquo século XVII, um homem com ideias polêmicas e uma sede interminável de leitura<sup>2</sup>, que se dizia profeta<sup>3</sup> e ousava desafiar as autoridades filosóficas e religiosas de seu tempo, em busca do que pensava ser o futuro da humanidade, um “caminho” para a boa organização social<sup>4</sup>. Este homem era Tommaso Campanella e sua visão de Estado perfeito dentro de uma ficção filosófica, *A Cidade do Sol*<sup>5</sup>, aliado às suas condições de tempo e espaço, é de suma importância para compreendermos o pensamento utópico de sua época. O foco aqui será, portanto, a principal obra do monge, *A Cidade do Sol*, e sua organização política e social.

Publicada em latim, língua universal entre os eruditos da época, pela primeira vez no ano de 1623<sup>6</sup>, *A cidade do Sol* surgiu no Sacro Império Romano Germânico como um apêndice de *Philosophia realis*, contendo ainda outros textos do autor. Havia sido escrita por Campanella originalmente em italiano, em 1602, quando encarcerado pela Inquisição<sup>7</sup>. Neste trabalho será utilizada uma edição da editora Ícone de 2002, com tradução de Fernando Andrade. Por pertencer à coleção Fundamentos do Direito e também pelos vários apontamentos do tradutor por meio de notas ao longo do texto, percebe-se que é uma edição voltada para o direito, com muitos pontos pertinentes no sentido das leis e formação de um Estado, nos ajuda bastante. A obra foi traduzida a partir do italiano original.

A *Cidade do Sol* pode ser considerar sua obra de maior relevância, deste que foi um monge dominicano que se tornou um dos grandes pensadores de seu tempo. Um

---

<sup>1</sup> DELUMEAU, Jean. **O mistério Campanella: a vida de um dos maiores filósofos da Renascença**. São Paulo: Madras, 2011. p. 79-88.

<sup>2</sup> Idem, p. 30-31.

<sup>3</sup> Idem, p. 243.

<sup>4</sup> Idem, p. 243-256

<sup>5</sup> CAMPANELLA, Tommaso. **A Cidade do Sol**. São Paulo: Ícone, 2002.

<sup>6</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 163

<sup>7</sup> Idem, Ibidem.

filósofo da natureza, afirmou durante toda a sua vida que a religião é inata ao homem<sup>8</sup>. A Igreja católica o condenava por heresia, pois segundo a instituição, ele subestimava a revelação espiritual, além de seus envolvimento com astrologia (que permeia toda *A cidade do Sol*)<sup>9</sup>. Foi preso e torturado diversas vezes, chegou a passar 27 anos na prisão<sup>10</sup>. Quando solto, se tornou muito próximo de Urbano VIII, o papa até então, sendo inclusive seu astrólogo confidencial<sup>11</sup>. Jean Delumeau, historiador francês especialista em religião, sobretudo o catolicismo, conta-nos em sua obra *O mistério Campanella* que o filósofo, após ser mandado como exilado para a França por Urbano VIII, teria sido conselheiro do cardeal de Richelieu e, a pedido deste, feito um horóscopo de um futuro herdeiro do trono na França, que seria Louis XIV<sup>12</sup>, o principal monarca do absolutismo francês.

*A Cidade do Sol* assinala a idealização das visões do autor sobre o viver socialmente, a aparente paz e o que denominava razão aliadas às suas espiritualidade e revelações divinas, sobretudo com uma forte contribuição da astrologia e do moralismo e ascetismo cristão<sup>13</sup>. Além disso, Campanella passa a visão de uma sociedade feliz, onde todos têm o que comer e beber, trabalham segundo suas aptidões, servindo à comunidade acima dos interesses individuais<sup>14</sup>. Tudo isso sem deixar de respeitar as autoridades, os chefes maiores do Estado e seus magistrados, que estavam sempre certos acerca de suas decisões, afinal suas aptidões e sua sabedoria eram (literalmente) feitas para tais funções<sup>15</sup>. Aqui, a análise será voltada para esta que é a obra de maior relevância do monge napolitano, relacionando-a à sua vida, influências, leituras, outras obras e fortes opiniões daquele que foi um garoto pobre de Stilo e passou a buscar modificar as bases filosóficas de sua época. Fugiremos, portanto, da abordagem puramente “textualista” para levar em conta os fatores externos ao autor, as linguagens possíveis de seu momento histórico e sobretudo momentos de escrita<sup>16</sup>, como o da censura da Inquisição, para que possamos ultrapassar uma história das ideias sem relação com o seu contexto de produção, que se produz independentemente do seu

---

<sup>8</sup> Idem, p. 291-304.

<sup>9</sup> Idem, p. 209-218.

<sup>10</sup> Idem, p. 79-88.

<sup>11</sup> Idem, p. 210.

<sup>12</sup> Idem, Ibidem.

<sup>13</sup> Idem, p. 296.

<sup>14</sup> CAMPANELLA, 2002. op. cit. p. 54.

<sup>15</sup> Idem, p. 45-50.

<sup>16</sup> SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 9-14.

espaço-tempo, mas pensarmos uma história intelectual, envolvida com seu contexto de produção e suas linguagens<sup>17</sup>.

Meu primeiro contato com o tema de utopia e, conseqüentemente, com Campanella, foi no ano de 2014 por meio de um grupo de estudos coordenado pela professora Silvia Liebel, denominado *Utopias Modernas: Literatura e construção da ordem (1467-1699)*, do qual a proposta é o estudo da literatura utópica do período, sobretudo na percepção dos autores sobre a ordem social. É notória a importância de se estudar uma personagem como Campanella, com seu espírito inflamável e iconoclasta, certos ideais ditos humanistas e pela construção de seu texto muito semelhante à República de Platão, como diálogo e focando a descrição da cidade utópica. A sua história de vida, com anos de cárcere, defesa de ideais condenáveis pelas autoridades da época (como o heliocentrismo de Galileu, por exemplo), além de sua determinada preocupação em destruir as bases aristotélicas da filosofia moderna da época, entre outras coisas, tornaram-no uma figura de importância para o Renascimento na Europa e essencial para estudar o pensamento filosófico italiano no período.

Antes de entrar definitivamente na análise da utopia de Campanella, primeiramente será definido o objeto do estudo, que é a obra literária dentro da temporalidade do autor. Será utilizado sobretudo o conceito de representação, apresentado por Roger Chartier<sup>18</sup>, buscando ligar o escrito do autor às suas influências externas (filosóficas, temporais, sociais, espaciais), relacionando o objetivo e o subjetivo em uma determinada época<sup>19</sup>, sendo influenciado por seu tempo e seu meio, além de suas ideias. Considerando que jamais saberemos o que com certeza o autor quis dizer com seu texto, procuramos responder às perguntas propostas pelo trabalho com todo o cuidado para desviar dos anacronismos e deduções equivocadas, pois um texto deve ser estudado de acordo com aquilo que era possível de ser escrito. Ainda segundo Chartier, qualquer documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é uma representação do real que se apreende e não se deve tirá-lo de seu contexto, que possui suas próprias regras de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho, que

---

<sup>17</sup> DA SILVA, Ricardo Oliveira. **História das ideias: abordagens sobre um domínio historiográfico.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS Vol. 7 Nº 13, Julho de 2015. p 2-3.

<sup>18</sup> CHARTIER, Roger. **“O mundo como representação”**, In: **À beira da falácia: a história entre incertezas e inquietude.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002. p. 61-76.

<sup>19</sup> DA SILVA, op. cit. p. 18.

cria um “real”<sup>20</sup>. A ideia é não tratar a literatura apenas como ficção, muito menos como fatos incontestáveis, mas sim procurar o que o autor estaria representando com aquele discurso<sup>21</sup>. Não buscamos aqui as intenções do autor, até porque jamais saberemos as reais intenções de um monge do século XVII ao escrever literatura, mas procuraremos analisar suas ideias e compreender seu Estado perfeito, dentro das limitações da época e até onde o autor as ultrapassa.

Como se dão as estreitas relações entre a fábula e o real? Como saber o que foi inspirado em realidade e o que é livre expressão da tinta criativa do escritor? Lembremos que o próprio conhecimento dito como “real” deve ser introduzido no discurso histórico para certifica-lo como conhecimento autêntico. Portanto, estudaremos a literatura, principal fonte deste trabalho, como um discurso de determinado tempo, não apreendendo-o como real, mas como possibilidades e representação do passado e de anseios de determinada época<sup>22</sup>. Por sua estrutura e conteúdo, podemos colocar o livro de Campanella como uma utopia, conceito que também será analisado em relação ao estudo da literatura como fonte histórica. O estudo das utopias pode-se dar por três domínios<sup>23</sup>: o pensamento, a literatura e as tentativas práticas. Aqui, portanto, estudaremos a utopia como literatura e suas possibilidades de escrita dentro deste domínio.

Para uma melhor compreensão das possíveis inspirações do autor na escrita de um texto utópico, como o é *A Cidade do Sol*, precisamos pensar no conceito de utopia, que se aliará à discussão sobre a literatura. A utopia será estudada com bases em alguns de seus principais teóricos, como Lewis Mumford em *História das utopias*<sup>24</sup>, Grégory Claeys em *Utopia: a história de uma ideia*<sup>25</sup>, além de encontramos também um interessante estudo de Paul Ricoeur<sup>26</sup> sobre o sociólogo Karl Mannheim e sua classificação de utopias. Apesar de ser um tema ainda não tão estudado por historiadores, diversos conceitos e análises podem ser retirados do *Dicionário das*

---

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.p. 62-63.

<sup>21</sup> CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. p. 45-52.

<sup>22</sup> Idem, p. 26-28.

<sup>23</sup> CLAEYS, Grégory. **Utopia: a história de uma ideia**. São Paulo: Sesc, 2013. p. 11.

<sup>24</sup> MUMFORD, Lewis. **História das utopias**. Lisboa: Antígona, 2007.

<sup>25</sup> CLAEYS, op. cit.

<sup>26</sup> RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 315-331.

*utopias*, organizado por Michèle Riot-Sarcey, Tomás Buchet e Antoine Picon<sup>27</sup>. Também muitos artigos retirados da Revista *Morus*, organizado pelo professor Carlos Berriel, da UNICAMP, e disponibilizados online<sup>28</sup>, deram amplas visões a estudar o gênero da utopia, na obra de Campanella e em outras. A utopia pode ser pensada como uma relação entre passado, presente e futuros idealizados, sejam eles místicos ou fundamentados na história<sup>29</sup>, influenciando sobretudo nos nossos próprios conceitos sobre o real. Segundo o teórico da utopia Lewis Mumford:

Uma ideia é um fato sólido, uma teoria é um fato sólido, uma superstição é um fato sólido, enquanto as pessoas continuarem a regular o seu comportamento por essa ideia, teoria ou superstição; e não é menos sólida pelo facto de se transmitir enquanto imagem ou sopro de som.<sup>30</sup>

Como parte importante da literatura da época e influenciadora de mentes e ideais ao longo dos anos, o estudo da utopia por meio do método histórico é importantíssimo para a compreensão de tantas ideologias, pensamentos filosóficos e até tentativas reais de mudanças sociais e de filosofia em determinados tempo e espaço. Ainda a passos lentos na história, o estudo das utopias segue quebrando as visões estereotipadas do conceito e vem ganhando importância, sobretudo com a história das ideias. O humano pergunta-se, desde que começou a viver em sociedade, qual o melhor modo de governar, tanto a si mesmo, quanto aos outros. Nunca conseguiu chegar a uma conclusão que agradasse a todos e fizesse da humanidade habitantes solares, felizes e perfeitos. Passou-se a discutir a problemática do estado de natureza *versus* a civilização e inúmeros literatos e filósofos discutiam este tema buscando quase sempre uma ideia de paz. Talvez nunca chegaremos a uma conclusão, uma solução definitiva, mas com toda certeza, a utopia nos mantém caminhando em direção a ela.

Em seguida, o trabalho se dedicará a estudar o autor. Quem foi Campanella? Quais ideias se apoiava e quais rejeitava terminantemente? Como um filho de um sapateiro analfabeto<sup>31</sup> se tornou um dos filósofos mais contestadores de sua época,

---

<sup>27</sup> RIOT-SARCEY, Michèle; BOUCHET, Thomas; PICON, Antoine (org.). **Dicionário das utopias**. Lisboa: Texto e Grafia, 2008.

<sup>28</sup> Ver em: <http://www.unicamp.br/~berriel/numeros.htm>. Visto pela última vez em: 06/04/2016. 06:34 .

<sup>29</sup> CLAEYS, op. cit. p. 7.

<sup>30</sup> MUMFORD, op. cit. p. 22.

<sup>31</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 30.

denunciando as bases aristotélicas da filosofia e se tornando uma ameaça para o edificado pensamento da Igreja católica? Quais os conceitos filosóficos a que teve acesso como inspiração para transpor suas ideias nesta ficção? Além disso, quais fatores externos influenciavam suas ideias? *A Cidade do Sol* é uma aspiração real de Campanella?

Como reféns de nosso próprio tempo, essas perguntas são impossíveis de serem respondidas com exatidão. Tommaso Campanella foi um homem polêmico e passou por diversas fases em sua vida. Por seus longos anos de cárcere, além de acusações sobre uma conspiração organizada por ele na Calábria<sup>32</sup> contra o governo espanhol, podemos supor, com base em suas mudanças de pensamento constantes em seus escritos, que Campanella por diversas vezes escrevia aquilo que os inquisidores queriam ler, não deixando de ser crítico, tendo de recorrer a artimanhas para que alguns de seus livros fossem publicados. Em sua *Apologia de Galileu*<sup>33</sup>, o encarcerado filósofo procura defender a publicação das ideias de Galileu Galilei sobre o heliocentrismo e o movimento dos planetas, mas é cauteloso para não defender as ideias por si, defendendo principalmente sua publicação como ideias possíveis e não heréticas. O livro, escrito sob a forma das *quaestiones disputatae* medievais<sup>34</sup>, organiza-se em diferentes capítulos separados por argumentos de crítica, defesa, apresentação da problemática e conclusões finais. Aqui, a influência medieval, sobretudo de Tomás de Aquino, que originou o nome Tommaso ao jovem Giovan Domenico<sup>35</sup>, mostra-se importante.

Campanella era um homem de seu tempo, apesar de suas ideias de reforma filosófica e moral. O trabalho do historiador não é julgar a personagem, tampouco condená-la ou louvá-la. O historiador russo Isaiah Berlin, em sua defesa da história das ideias e forte crítica às formas de determinismo no estudo da história (teleologia, história natural...), alerta para a real função do historiador, sobretudo no estudo de uma época e lugar distantes para seus questionamentos:

[...] passa a ser da atividade do historiador investigar quem queria o que, e quando e onde e de que forma, quantos homens evitaram ou perseguiram este ou aquele objetivo e com que intensidade, e, mais ainda, indagar em que

---

<sup>32</sup> Idem, p. 59-66.

<sup>33</sup> CAMPANELLA, Tommaso. **Apologia de Galileu**. São Paulo: Hedra, 2007.

<sup>34</sup> CAMPANELLA, 2007. op. cit. p. 16.

<sup>35</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 30.

circunstâncias tais desejos ou temores têm comprovado ser efetivos, até que ponto e com que consequências.<sup>36</sup>

Como nos lembra John Pocock, não podemos ter certeza de nossas interpretações apenas olhando esta ótica, sobretudo se tratando de um período muito distante<sup>37</sup>, portanto também é importante o estudo das possíveis linguagens do autor dentro do universo literário, mesclando o real e o imaginário. Afinal, os conceitos são diferentes em diferentes conjunturas.

Para finalizar, é preciso analisar o conceito de Estado e governo na época de Campanella para podermos ter certa noção de sua ideia de um estado utópico, relacionando-os à obra. Autores como Isaiah Berlin, John Pocock, Quentin Skinner, Paul Ricoeur, além de trabalhos de análise em cima de suas obras e de outros pensadores são muito úteis para compreendermos o ideário a que o autor estava sujeito. Desde a conturbada Nápoles do Renascimento, marcada por ser uma “terra de insubmissão” e “ideais republicanos”<sup>38</sup>, contexto no qual o autor estava inserido, até suas influências intelectuais, sobretudo Platão, Ficino, Galileu, Tomás de Aquino, a astrologia, entre outros, contrastando com os alvos de crítica do autor, principalmente a filosofia de Maquiavel e Aristóteles. Neste terceiro capítulo, o foco é, portanto, depois de estudar a obra e o autor, analisar suas ideias sobre Estado e organização social. Campanella certamente foi fonte de inspiração para trabalhos e ideologias futuras e também teve suas fontes para tal. Como ávido devorador de livros, o napolitano deixou em *A Cidade do Sol* grandes contribuições para compreendermos a história do desenvolvimento de ideias libertárias no Renascimento. Onde estão os limites dessas ideias, as contradições e relações com terceiros será portanto o fechamento deste presente trabalho.

---

<sup>36</sup> BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade**. Brasília: UnB, 1981. p. 77.

<sup>37</sup> POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003. p. 34.

<sup>38</sup> SKINNER, 1996, op. cit. p. 25-34.

## Capítulo 1 – Literatura, utopia, representação e relações entre o imaginário e o real na obra de Campanella

A história não pode se reduzir às questões que possam ser respondidas, aparentemente, com a mais rigorosa certeza, pois frequentemente os temas que podem ser tratados com certa segurança são os menos interessantes para os historiadores.<sup>39</sup>

O estudo da história da literatura é uma via sem respostas definidas, onde o mistério que chama a atenção dos historiadores não pode ser destruído com respostas globalizantes sobre determinada obra. Sendo dever do historiador, portanto, colocar autor e obra em seus devidos contextos, que nos escapam, sobretudo em suas linguagens, que cada vez mais que se distanciam dos nossos conceitos atuais. A literatura é uma expressão de seu tempo-espço, um objeto distinto para o trabalho do historiador, diferenciando-se dos estudos que privilegiam a exploração do econômico e social e toda a carga de cientificidade utilizada até então para esse tipo de trabalho<sup>40</sup>. O estudo de uma obra literária precisa levar em conta que o escrito reflete representações do seu autor em uma dada sociedade, como dá sentido ao seu mundo<sup>41</sup>.

Diversas pesquisas foram feitas em obras literárias procurando identificá-las com o seu meio, buscar “razões” para a escrita e simplesmente inscrever a obra como resultado de seu meio social, o que o crítico literário brasileiro Antonio Candido chama de “sociologismo crítico”, “a tendência devoradora de tudo explicar por meio dos fatores sociais”<sup>42</sup>. Este método de pesquisa em obras literárias que as delimita inserindo-as no contexto social e espacial a que pertencem é chamado por Antonio Candido de método tradicional. O autor critica tal método, alegando a dificuldade em fazer a ligação entre as obras e as condições sociais e a avaliação totalmente externa que pode induzir a interpretações errôneas. Apesar disso, Candido também chama atenção para outra perspectiva reducionista que dê ao escrito uma autonomia exacerbada, provocando certo

---

<sup>39</sup> CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Porto Alegre: Artmed, 2001. p. 101.

<sup>40</sup> CHARTIER. 2002. op. cit. p. 62.

<sup>41</sup> Idem, p. 66.

<sup>42</sup> CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 9.

senso de função interna dos elementos de uma obra acima dos limites de uma pesquisa científica em detrimento das condições históricas, sociológicas e geográficas. Há outros estudos, como o da função literária junto aos leitores, baseando na interpretação de quem lê e como recebe; outros que baseiam-se nas representações da sociedade em que a obra está inscrita dentro dela; outras que estudam a função social do escritor; as que focam em uma investigação hipotética das origens de determinadas obras e ainda aquelas pesquisas que se baseiam em uma possível “função política” das obras e dos autores, estas com um caráter ideológico forte, que costuma nos dizer muito mais do pesquisador do que do autor e da obra em si.<sup>43</sup>

No caso deste estudo sobre a obra de Campanella, o intuito aqui é levar em consideração tanto os fatores externos como os internos a uma obra. Esta última questão é levantada sobretudo com a comparação com outra obra do gênero da utopia. Segundo a análise de Jean Delumeau de *Utopia*, livro de Thomas More que definiu o conceito, ela não seria tão crível para o seu próprio autor e inclusive uma “ironia” de More<sup>44</sup>. A utopia de Campanella destaca-se desta sobretudo por isso, segundo Delumeau, pelo mesmo “demonstrar” em atos e escritos que tinha sua obra como uma profecia:

É nisso que *A Cidade do Sol* se distingue da primeira *Utopia* dos tempos modernos, a de Thomas More (1516). [...] a visão radiante de uma ilha em que todos os problemas desapareceram. Mas trata-se de um sonho mais do que de proposições. O próprio Thomas More toma o cuidado de nos alertar contra qualquer ilusão: o descobridor de sua ilha maravilhosa é chamado Hitlodeu, o “contador de lorotas”; *Utopia* – termo criado por More – significa “em lugar nenhum”; Amaurota, a capital, é a “cidade fantasma” ou pelo menos “a cidade desconhecida”. Está situada às margens do rio Anidro, o “rio sem água”, é governada por Ademos, o “príncipe sem povo” e é habitada pelos alopolitas, os “cidadãos sem cidade”. Dessa forma, somos convidados a não acreditar que esse país da felicidade um dia se tornará realidade. Pelo contrário, toda a vida de Campanella, a começar pela conspiração da Calábria, e toda a sua obra escrita foram inspiradas por uma dupla convicção: houve no passado um tempo de felicidade natural; ele retornará, graças à reunião de toda a humanidade sob a autoridade de um único pastor. As estrelas anunciam desde já esse retorno.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Idem, p. 10-12.

<sup>44</sup> DELUMEAU, op. cit. p 163.

<sup>45</sup> Idem, Ibidem.

O historiador Luís Filipe Silvério Lima nos lembra das inúmeras profecias e ditos profetas surgidos nesta época<sup>46</sup>. Dissertando sobre movimentos messiânicos na Portugal moderna, Silvério Lima chega à conclusão de que, pelo estranhamento de certos sonhos, o sonhador poderia ser interpretado (ou assim o próprio interpreta-se) como um profeta e seus sonhos como visões<sup>47</sup>. No caso de Campanella, também afirmava a todo momento ser profeta e ter visões, não necessariamente vindas de sonhos, mas é válida a analogia que aqui realizamos para compreender que, na época analisada, surgiam muitos profetas, geralmente preocupados com vida após a morte e restauração da alma para vinda da “era de ouro” e Campanella também tinha seu Eldorado, *A Cidade do Sol*.

Jean Delumeau, baseado nas obras e convicções que foram externadas por Campanella, chega à conclusão de que o autor acreditava em sua obra e em que a humanidade chegaria a tal estado. O próprio Campanella por vezes se disse um “anunciador”, “profeta”<sup>48</sup>, e que chegaríamos à era de ouro terrena<sup>49</sup>. Sobretudo por meio do estudo das fontes primárias, Delumeau acredita piamente na sinceridade de Campanella com a sua obra e tem ela como um projeto do autor. Apesar disso, precisamos levar em conta a dimensão fantástica da obra, que ela chama a atenção para as coisas e desenvolve suas ideias<sup>50</sup>. Podemos aplicar a mesma análise a Campanella e levar em consideração, além disso, as partes fantásticas presentes em sua utopia, já que a literatura é um terreno de liberdade, independente<sup>51</sup>.

Este conceito de gênero, aliás, bem explicitado por Tzvetan Todorov, foi retirado das Ciências Naturais. O linguista búlgaro explica que o aparecimento de um novo exemplar de uma obra não modifica em total o gênero, que é uma divisão baseada naquilo que possuem em comum, de caráter estrutural<sup>52</sup>. Apesar disso, Todorov lembra a especificidade de cada obra, que afirma não ter discurso falso ou verdadeiro, mas representa a si mesma. Pode ter um número ilimitado de “verdades”, mas nenhuma obra caracteriza a verdade em si, já que é um misto de representações que se valem tanto de

---

<sup>46</sup> SILVÉRIO LIMA, Luís Filipe. **O império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo bigantino**. São Paulo: USP, 2005. p. 24-26

<sup>47</sup> Idem, p. 21

<sup>48</sup> Idem, p. 243.

<sup>49</sup> Idem, p. 245.

<sup>50</sup> CHARTIER, 2001. op. cit. p. 107.

<sup>51</sup> GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 7.

<sup>52</sup> TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2012. p. 10-11.

seu caráter fantástico, artístico, quanto do contexto social em que está inserida, se reinventando a todo momento<sup>53</sup>. Portanto, esta divisão em gêneros das obras literárias rege o “relacionamento” de propriedades em comum presentes em certas obras<sup>54</sup>, o que nos permite classificar, por exemplo, *A Cidade do Sol* como uma utopia, por apresentar as características básicas do gênero, apesar desse estar dividido também em tantas outras características que diferem as obras utópicas.

O termo utopia, gramaticalmente, vem de dois neologismos de More, pode significar “bom lugar”, do termo *eutopia*, ou “não lugar”, de *outopia*<sup>55</sup>. Tal termo foi cunhado por Thomas More com sua obra *Utopia*<sup>56</sup>, de 1516. Nessa obra, o inglês discorre sobre o relato do viajante Rafael Hitlodeu à terra de Amaurota, onde encontra uma comunidade autossustentável, apesar de ser regrada e de certa forma autoritária. More, com sua obra, expõe a sociedade corrupta de sua época e demonstra outro modo de organização social presente em uma ficção<sup>57</sup>. Grégory Claeys destaca que a utopia de More “restringe, não abole o vício”, ou seja, não representa a sociedade perfeita, mas a melhora segundo as visões do autor<sup>58</sup>. Mesmo antes de More, a humanidade já contava com relatos ou feitos que privilegiavam o coletivo, tornando em geral as classes mais iguais ou próximas<sup>59</sup>. Como exemplo crucial podemos citar na Antiguidade *A República* de Platão<sup>60</sup> que, apesar de privilegiar o coletivo, não torna os trabalhadores próximos, pois os aliena concentrando o poder nas mãos dos filósofos.

Sendo uma variação de um presente, um passado e um futuro ideais, com a relação entre os três, a utopia possui sua pré-história na religiosidade e nos diversos mitos de criação e além vida<sup>61</sup>. A modernidade terá sua própria conjuntura de nascimento das utopias. Sobretudo será extremamente influenciada pelas navegações e descobertas de novos territórios, onde poderiam estar os Campos Elísios, Eldorados, reinos imaginários, ricos, místicos, que a sociedade europeia ainda não havia corrompido. Com isso, a literatura de utopia ganha força e, além de More, muitos outros

---

<sup>53</sup> Idem, p. 14-15

<sup>54</sup> Idem, p. 19

<sup>55</sup> MUMFORD, op. cit. p. 9.

<sup>56</sup> MORE, Thomas. **A Utopia**. São Paulo: Martin Claret, 2010.

<sup>57</sup> MUMFORD, op. cit., p. 59-62.

<sup>58</sup> CLAEYS, op. cit, p 59.

<sup>59</sup> Idem, p. 8.

<sup>60</sup> PLATÃO, **A República**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

<sup>61</sup> CLAEYS. op. cit. p. 8.

autores irão demonstrar seus mundos ideais, seja com a esperança de que existam, irão existir ou mesmo que estarão além da vida.

Segundo o historiador Grégory Claeys, a utopia abrange três domínios: o pensamento, a literatura e as tentativas práticas da utopia<sup>62</sup>. Aqui, entramos no campo da literatura como fonte. Voltando novamente a Roger Chartier<sup>63</sup>, qualquer documento, seja ele literário ou de qualquer outro tipo, é representação do real que se apreende e não se deve tirá-lo de seu contexto, que possui regras próprias de produção inerentes a cada gênero de escrita, de testemunho que cria “um real”. Desta forma, todo tipo de texto, incluindo nisso o literário, possui uma linguagem específica, na qual foi produzido, um tempo e ideais de seu autor a que não escapa, dadas regras peculiares ao meio intelectual de onde emerge, aos meios em que será veiculado e ao público a que se destina. Portanto, a literatura é de suma importância para a compreensão de um autor e uma época. Sobretudo as ideias, sejam inovações, visões de mundo, protestos e indagações são importantes para compreendermos determinada época, pois são o melhor caminho com destino às respostas que queremos obter do passado.

As utopias ainda são separadas, dentro da literatura, entre utopias de escape e de reconstrução<sup>64</sup>. Nas de reconstrução, o autor dá bases até certo ponto possíveis para o seu acontecimento (segundo as subjetividades do autor e o contexto da época), se não totalmente possíveis, ao menos imagináveis e estas inspiraram algumas revoluções e ideais revolucionários ao longo dos tempos. Já as utopias de escape não se preocupam tanto com a realidade, imaginando por exemplo, uma Ilha de Hermafroditas<sup>65</sup> ou a eterna juventude da utopia medieval de *Cocanha*<sup>66</sup>. Como bem exemplificou Lewis Mumford, nas de escape “construímos castelos no ar”, já nas de reconstrução “chamamos arquiteto, fiscal e pedreiro” para fazer uma casa de pedra e cimento<sup>67</sup>.

O que importa para definir o gênero, segundo Claeys, é a plausibilidade do relato<sup>68</sup>. O autor ainda discorre que se pode ter mundos imaginários na Lua, debaixo da terra ou até no inferno, o que importa não é o lugar ou como se chegou lá, mas sim a

---

<sup>62</sup> Idem, p. 11

<sup>63</sup> CHARTIER, 1990, op. cit. p. 62-63

<sup>64</sup> MUMFORD, op. cit. p. 22-23.

<sup>65</sup> Libreto utópico que circulou na corte francesa no início do século XVII. Disponível em: ROMANO RIBEIRO, Ana Claudia. **A Ilha dos Hermafroditas: viagem à França especular de Henrique III**. Campinas: Sínteses – Revista dos cursos de pós-graduação, vol. 11, 2006. p. 447-462.

<sup>66</sup> Fabliaux medieval estudado por FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>67</sup> MUMFORD, op. cit. p. 23.

<sup>68</sup> CLAEYS, op. cit. p. 14.

definição dos habitantes e da sociedade e como se adaptam ao local, afinal existe uma linha tênue entre a utopia e a sua antítese, a distopia ou antiutopia<sup>69</sup>, ou seja, o apocalipse, o mundo destruído, característica forte dos livros e filmes a partir de meados do século XX. É muito importante esta definição do termo utopia que nasce de ideias, tão importantes para a formação de sociedades, costumes e culturas quanto o material e o econômico, colocando outros tipos de olhares na pesquisa histórica.

Mumford nos dá uma visão filosófica existencial sobre o termo utopia no prefácio de sua obra *História das utopias*<sup>70</sup>. O autor irá tratar a utopia como parte da vida humana, tanto na perspectiva de enxergar os “potenciais” não alcançados por determinadas sociedades<sup>71</sup>, quanto no sentido de uma consciência humana de equilíbrio delicado e a percepção de impotência, de ter sua liberdade cerceada por mecanismos institucionais e ideológicos, libertados pela ideia de utopia<sup>72</sup>. Ele irá colocar o mundo das ideias platônico como algo palpável, pois apesar do mundo físico ser “inescapável”<sup>73</sup>, as ideias são palpáveis enquanto acreditamos e regulamos certos comportamentos a partir delas<sup>74</sup>:

Se o ambiente físico é a terra, porém, o mundo das ideias corresponde aos céus. Dormimos à luz de estrelas há muito extintas e pautamos o nosso comportamento por ideias cuja realidade se extingue no momento em que deixamos de acreditar nelas. Enquanto mantém a consistência, este mundo das ideias – este *idolum* – é quase tão perfeito, quase tão real, quase tão inescapável como os tijolos das nossas casas ou o asfalto sob nossos pés [...]

O autor traz esta perspectiva filosófica e coloca a utopia como natural para o ser humano, pertencente ao seu desejo de viver, imaginar, pensar o mundo “seguro” do material como algo diferente<sup>75</sup>. Tem para si, portanto, uma “missão” de desmitificar um conceito que possui ainda muitas interpretações simplistas<sup>76</sup>. *A Cidade do Sol* se encaixará, em certa medida, na ideia utópica de modificação do real como uma tentativa de proporcionar melhorias para a nossa libertação futura, sendo portanto uma utopia de reconstrução<sup>77</sup>.

---

<sup>69</sup> Idem, p. 12.

<sup>70</sup> MUMFORD, op. cit. p. 9-17.

<sup>71</sup> Idem, p. 14.

<sup>72</sup> Idem, p. 15.

<sup>73</sup> Idem, p. 21.

<sup>74</sup> Idem, p. 22.

<sup>75</sup> Idem, p. 22-23.

<sup>76</sup> Idem, p. 14-15.

<sup>77</sup> Idem, p. 23.

Merlin Coverley, teórico da utopia, afirma a tradição literária dos desejos utópicos<sup>78</sup>, onde as obras dos autores capturam suas “esperanças e medos”, além de seus ideais, aquilo que tiveram contato, que rejeitaram ou que os influenciou, consequências do tempo e espaço vividos<sup>79</sup>. Mumford lembra que *A República* de Platão data do período seguinte à Guerra do Peloponeso que se configura como uma desintegração social<sup>80</sup>, assim como a modernidade era uma época de “violência e desordem”<sup>81</sup> vivida por Thomas More e Campanella. O autor nos dá um aspecto importante para enxergar as obras, envoltas na sociedade em que são escritas. Apesar disso, não é uma explicação satisfatória e aqui não queremos chegar a conclusões, mas buscar hipóteses de estudo, abrir várias portas ao invés de apenas uma. Sem esquecer da análise de espaço e tempo, vamos relacioná-las às tantas especificidades a que foi exposto o ambíguo ser humano chamado Tommaso Campanella, analisando-o dentro de um estilo literário, a utopia, e justificando a inserção de sua obra nele. Mesmo que o autor não tenha declarado estar escrevendo uma utopia, suas pretensões místicas e proféticas, além do estilo em que sua obra é escrita, fazem-nos relacionar as coisas.

Enfim, a utopia não pode ser reduzida a apenas impulsos psicológicos e projeções, como nos lembra Grégory Claeys<sup>82</sup>. Apesar destes fatores influenciarem a construção de uma obra, podendo aqui exemplificarmos Campanella e colocarmos fatores como o cárcere e suas profecias em partes de sua obra, eles não constituem a base de todo um pensamento e das representações presentes em um escrito. Também não significa simplesmente uma “busca pela perfeição”, que aparenta mais um conceito teológico, como lembra novamente Claeys<sup>83</sup>. Apesar de habitantes perfeitos em um lugar que se auto sustenta seja base de várias utopias, elas ainda podem conter suas “imperfeições” e corrigi-las com leis<sup>84</sup>, ou, no caso de Campanella, com filosofias diversas, como a astrologia.

O filósofo francês Paul Ricoeur também traz uma classificação interessante em seu livro *A ideologia e a utopia*. Uma análise de Karl Mannheim e sua “sociologia da utopia” divide o gênero em quatro diferentes classificações: a quiliasta, liberal

---

<sup>78</sup> COVERLEY, Merlin. **Utopia**. London: Oldcastle Books: Pocket Essentials. 2010, p. 10.

<sup>79</sup> Idem, p. 11.

<sup>80</sup> MUMFORD, op. cit. p. 20

<sup>81</sup> Idem, Ibidem.

<sup>82</sup> CLAEYS, op. cit. p. 11.

<sup>83</sup> Idem, p. 11-12.

<sup>84</sup> Idem, p. 12-13.

humanitária, conservadora e socialista-comunista<sup>85</sup>. Conseguimos encontrar aspectos destes quatro tipos de utopia invocados por Mannheim dentro de uma obra como *A Cidade do Sol* sem precisarmos nos preocupar em encaixá-la apenas em um lugar. Apesar disso, é interessante o olhar do alemão, um dos primeiros a trabalhar com o tema, sobre os diferentes tipos de utopia. Segundo Ricoeur, ele inicialmente evoca Thomas Münzer, um anabatista iconoclasta do século XVI, que proclamava a realização de um reino milenar vindo do céu<sup>86</sup>. Mannheim classifica este tipo de utopia como quiliasta e o quiliastro como um impulso utópico<sup>87</sup>. Podemos encontrar vestígios deste impulso no pensamento de Campanella, apesar de *A Cidade do Sol* não ser uma utopia quiliasta em si, vemos características como o milenarismo presentes no pensamento do autor e sua obra como uma possível realização deste impulso, apesar de não declaradamente. As formas de educação, o idealismo e o conhecimento como fundamentais na sociedade utópica são características da utopia liberal humanitária<sup>88</sup> e também estão presentes na obra de Campanella, sobretudo nos muros da cidade onde são retratadas várias formas de conhecimento<sup>89</sup>. A utopia conservadora, segundo Ricoeur, se caracteriza pelos elementos do passado, pela manutenção, a nostalgia<sup>90</sup>. Campanella não ultrapassava seu tempo, mesmo tendo certos ideais ditos inovadores, conservava ideias de um poder único e absoluto, além da obediência à religião, entre outros fatores. Mannheim considera a utopia socialista-comunista como uma síntese de todas as outras, e sobretudo sua característica de privilegiar o coletivo é bem presente na utopia de Campanella<sup>91</sup>.

O que buscamos, neste estudo de uma obra literária, são suas particularidades<sup>92</sup>, aquilo que torna o escrito interessante, a ideia que chama a atenção. Na obra de Campanella, nos deparamos com diversas características do autor, do seu pensamento e sobretudo da sua origem geográfica, incluindo em *A Cidade do Sol*. A ideia cristã da trindade, por exemplo, entra na mística obra de Campanella com os três principados que governam a cidade: *Pon, Sin e Mor*<sup>93</sup>, que também demonstram características morais do autor, pois significam Potência, Sabedoria e Amor, respectivamente. Assim como a

---

<sup>85</sup> RICOEUR, op. cit., p. 315-331.

<sup>86</sup> Idem, p. 322.

<sup>87</sup> Idem, p. 322-324.

<sup>88</sup> Idem, p. 324-325.

<sup>89</sup> CAMPANELLA, 2002. op. cit. p. 14-23.

<sup>90</sup> RICOEUR, op. cit. p. 325.

<sup>91</sup> Idem, p. 325-326.

<sup>92</sup> CHARTIER, 2002, op. cit. p. 66.

<sup>93</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 16-18.

ideia de eugenia da cidade é relacionada à astrologia pelo autor<sup>94</sup>. É também importante salientar a crítica de Campanella à sociedade napolitana presente na obra, a partir de sua moralidade em relação ao trabalho:

dos trezentos mil habitantes que tem Nápoles, não chegam nem a cinquenta mil os que trabalham; e estes trabalham tanto que arruínam sua saúde, enquanto os vadios caem enfermos igualmente na lascívia e na usura, corrompendo por sua vez outros muitos, os que tem submetidos à servidão ou reduzidos à miséria e os que contagiam com sua depravação<sup>95</sup>

Portanto, podemos pensar que a sociedade em que vive o autor é a base para suas críticas políticas e desejo de mudança, aliada às ideias em que acreditava, pelo ponto de vista crítico de Campanella. Apesar disso, a própria crítica possui suas particularidades e as preocupações de seu tempo e do indivíduo. O que nela é representado, portanto, mistura-se ao terreno de liberdade da literatura, causando a distinção entre o que representa e o que está sendo representado<sup>96</sup>. Segundo Chartier, o indivíduo que escreve determinada obra, que representa algo, depende do crédito que o público leitor dará a seu escrito, sua representação<sup>97</sup> e isto inclui outros diversos fatores a serem analisados espacial e temporalmente, tornando cada obra um motivo de pesquisa por sua individualidade e a noção da relação “deformante”, “arbitrária” que a literatura, como trabalho artístico, possui com a realidade<sup>98</sup>.

O livro é, certamente, uma força na história<sup>99</sup>, uma “entidade” que inspira e cria fatos históricos, que modifica gerações. Apesar disso, sua recepção, aquilo que a representação, neste caso na literatura, passa aos leitores, é dependente de fatores sociais, psicológicos, geográficos e sobretudo de uma “cultura de leitura” que influenciam sobremaneira a forma como são compreendidas as especificidades de uma obra literária<sup>100</sup>. Chartier nos fala de três “formas de representações”, quando exemplifica a apreensão de Shakespeare e Molière nas sociedades em que estavam

---

<sup>94</sup> Idem, p. 49.

<sup>95</sup> Idem, p. 53.

<sup>96</sup> CHARTIER, 2002, op. cit. p. 73-74.

<sup>97</sup> Idem, p. 75.

<sup>98</sup> CANDIDO, op. cit. p. 13.

<sup>99</sup> DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 110.

<sup>100</sup> CHARTIER, 2002, op. cit. p. 74-75.

inseridas as obras: a da corte, da cidade e do impresso<sup>101</sup>. A produção de sentidos diversos a que se dão as obras é a característica mais forte que diferencia sua apreensão. Cada meio dá uma condição diferente de absorção e a maioria letrada que estava nas cortes (apesar de ser um período de ascensão da burguesia, sobretudo nas universidades e no clero) apreende as coisas de acordo com sua própria visão de mundo e experiência, diferentes do público urbano letrado e da representação do próprio autor, três vertentes de interpretação que dão sentidos diversos à obra<sup>102</sup>. Além disso, existem as interpretações posteriores, que dão significados diferentes de acordo com diferentes preocupações em diversas épocas e temporalidades.

Pensamos aqui, portanto, na Nápoles da transição entre os séculos XVI e XVII, onde um pequeno número de nobres e burgueses em ascensão sabia ler, com uma extensa desigualdade social. A prática de aluguel de terras a estrangeiros que acontecia no reino napolitano tinha como uma de suas causas o aumento da população, conseqüentemente o número de miseráveis era acompanhado de uma baixa alfabetização nessa sociedade<sup>103</sup>, considerando que o leitor também está preso ao seu momento histórico<sup>104</sup>. Campanella, aliás, tendo a experiência de ser um nascido pobre que se alfabetizara e ascendera socialmente graças à entrada na ordem dominicana<sup>105</sup>, mais tarde irá defender as escolas gratuitas dos piaristas, acessíveis aos pobres<sup>106</sup>. Essa educação universal estará presente também em sua *Cidade do Sol*, cidade historiada<sup>107</sup>, já que toda a informação, tudo aquilo que os governantes acham necessário que seus cidadãos aprendam, que o autor acha essencial, está desenhado nas paredes da cidade<sup>108</sup>.

Voltando à questão da apropriação da obra magna de Tommaso Campanella, temos que ter em mente, portanto, que cada indivíduo será influenciado, na leitura de uma obra, por toda a “bagagem” e fatores externos, físicos e temporais que o farão compreender a leitura de determinadas formas, dar mais atenção para determinados fatores do que para outros. Nos primeiros livros de Campanella, por exemplo,

---

<sup>101</sup> CHARTIER, 2001, op. cit. p. 91-96.

<sup>102</sup> Idem, p. 92.

<sup>103</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 27-29.

<sup>104</sup> CHARTIER, 2001, op. cit. p. 98.

<sup>105</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 30-31.

<sup>106</sup> Idem, p. 165.

<sup>107</sup> MONETI CODIGNOLA, Maria. “Campanella, a cidade historiada”. Tradução de Ana Carolina Romano Ribeiro. In: MONETI CODIGNOLA, Maria. *Il paese che non c'è e il suoi abitanti*. Firenze: La Nuova Italia, 1992. p. 149-174.

<sup>108</sup> CAMPANELLA, 2002. op. cit. p. 18-23.

Delumeau relata que os religiosos dominicanos e inclusive juizes da Inquisição, ao ler as críticas ácidas à filosofia aristotélica da época e toda a ideia de religião natural herdada de Telésio com sua “bulimia intelectual” de tudo questionar e, até certo ponto, livremente pensar, consideravam Campanella demoníaco, chegando a ter denúncias de que o monge escondia dentro de sua unha “um demônio que lhe assoprava seu prodigioso saber”<sup>109</sup>. A Inquisição certamente também tinha seus fatores de hegemonia intelectual e política para temer ideais iconoclastas como os de Campanella, chegando a incluí-lo entre os libertinos<sup>110</sup>, apesar da linguagem de Campanella não ser tão ácida quanto a deles.

Mas nem só de acusações e interpretações negativas vivia Campanella e *A Cidade do Sol*. Sobre a leitura da obra em si, temos muito menos relatos do que desejaríamos. Por muito tempo colocada no Índice da Igreja Católica, a utopia de Campanella foi pouco lida na maioria dos países em seu tempo, sendo “revivida” no século XIX, ganhando louvores do movimento socialista, eclipsando inclusive os outros livros de Campanella<sup>111</sup>. Ou seja, se tratamos hoje *A Cidade do Sol* como obra de principal importância de Tommaso Campanella é muito por influência do movimento socialista do século XIX<sup>112</sup>, que a tornou parte de sua bibliografia. Mas Campanella contava com alguns amigos e principalmente admiradores. Um dos mais famosos, o papa Urbano VIII, foi quem o libertou do cárcere após vinte e sete anos e o tornou seu astrólogo particular<sup>113</sup>. Também não podemos nos esquecer que tinha muitos aliados na conspiração que liderou contra o domínio do governo espanhol em Nápoles, conhecida como Conspiração da Calábria<sup>114</sup>. Como já dito anteriormente, a situação social de Nápoles era tensa e contribuía para o banditismo. Muitos destes bandidos eram acolhidos pelas ordens religiosas, com alguns dos quais Campanella teve contato e admiração<sup>115</sup>. Além deles, o monge também obtinha o apoio de famílias napolitanas nobres<sup>116</sup>, além de buscar inclusive ajuda dos turcos<sup>117</sup>, o que lhe trará perturbações

---

<sup>109</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 38.

<sup>110</sup> Idem, p. 305-320.

<sup>111</sup> Idem, p. 163.

<sup>112</sup> Aqui, falamos sobretudo dos movimentos socialistas utópicos que tentaram implantar comunidades autossustentáveis, como as comunidades de Fourier, na França e Owen nos Estados Unidos, como exemplos. Ver mais em: WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história**. São Paulo: Companhia das letras, 2006. p. 108-120

<sup>113</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 132.

<sup>114</sup> Idem, p. 49-58.

<sup>115</sup> Idem, p. 51-52.

<sup>116</sup> Idem, p. 50.

<sup>117</sup> Idem, p. 52-54.

posteriormente. Enfim, a Conspiração foi analisada como uma profecia de Campanella<sup>118</sup> e comparada à *Cidade do Sol*, uma tentativa de realização. Não podemos ser aqui equivocados. Campanella, como bem nos lembra Delumeau, parecia ter um grande poder de persuasão<sup>119</sup> e atraiu todo o tipo de gente para a sua causa muito por isso.

Tanto os autores como os leitores são frutos de seu tempo e espaço, como já havíamos dito, mas podemos questioná-los até o ponto em que diversas condições os influenciam, condições que podem ser mesmo internas, psicológicas por vezes. O terreno da literatura é livre e artístico, criativo e deve ser analisado contando com as suas características fantásticas. Para dar um último exemplo, tomamos como Campanella preza em sua *Cidade do Sol* certo “retorno à natureza humana”, o pouco luxo, a falta de ostentação, que constitui a maior fonte de sua crítica à nobreza de sua época<sup>120</sup>. Bronislaw Geremek, por exemplo, nos traz a perspectiva histórica de que a sociedade moderna louvava a “pobreza voluntária”<sup>121</sup> e poderíamos simplesmente relacionarmos uma coisa à outra, lembrando também da influência dominicana sobre Campanella. Não cairíamos completamente no erro, mas seríamos simplistas. Essa exibição de unidade na explicação não levaria em conta o conceito de representação e, sobretudo, que o autor escreve direcionando a alguém, constrói posições e relações, quer se fazer entendido de algum modo<sup>122</sup>, mesmo não percebendo – ou não se importando – que o leitor também tem suas particularidades. O passo seguinte será analisar o autor e o seu tempo, pela abordagem de uma história intelectual.

---

<sup>118</sup> Idem, p. 55-58.

<sup>119</sup> Idem, p. 57.

<sup>120</sup> CAMPANELLA, 2002. op. cit. p. 54.

<sup>121</sup> GEREMEK, op. cit. p. 9-10.

<sup>122</sup> CHARTIER, 2002. op. cit. p. 73.

## Capítulo 2 – Campanella, o homem e seu tempo-espaço

"Alguns procuram a história como uma tábua de salvação, outros como justiça, como vingança, como aniquilação".<sup>123</sup>

Todos os seres humanos, sem exceção, são frutos de seu tempo. E por mais que ideias e atitudes denotem qualquer sinal de que aquele ser está preso a uma época a que não pertença, tantos outros mostrarão o contrário. Encontramos diversos elementos que comprovam isto em nossa personagem de estudo, Tommaso Campanella. Um inovador, segundo o historiador e seu biógrafo, Jean Delumeau, porque “aspirava a um progresso decisivo do conhecimento”<sup>124</sup>, principalmente pela ideia de que o *Testimonium* (experiência) é superior à *Opinio*, afirmação sem grandes fundamentos<sup>125</sup>. Campanella acreditava e incessantemente insistia na existência de dois grandes livros da humanidade: as escrituras sagradas e o livro sensitivo da natureza<sup>126</sup>, onde deus se revela aos seres humanos. Aliava a isso pensadores como Platão, Telésio, Ficino e Agostinho, em contrapartida a Aristóteles e Maquiavel<sup>127</sup>. Estas ideias, leituras e críticas do autor serão melhor analisadas neste capítulo. Mas, primeiramente, precisamos relacionar o homem Campanella – suas experiências, influências e modo de ver o mundo, com o tempo e lugar em que vivia – à conturbada Nápoles renascentista sob o jugo espanhol<sup>128</sup>, na península itálica, terra com grande histórico de insubmissão e ideais libertários<sup>129</sup>.

Para melhor analisar nossa fonte, se faz necessária uma análise da personagem responsável por escrevê-la. Tommaso Campanella nasceu com o nome de Giovan

---

<sup>123</sup> BERLIN, op. cit. p. 86.

<sup>124</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 228.

<sup>125</sup> Idem, Ibidem.

<sup>126</sup> Idem, p. 231.

<sup>127</sup> Idem, p. 277-290.

<sup>128</sup> Idem, p. 27-30.

<sup>129</sup> SKINNER, op. cit. p. 25-44.

Domenico Martello, em Stilo, na Calábria, província de Nápoles, em 1568<sup>130</sup>. Adquiriu o nome de Tommaso ao entrar para a ordem dos dominicanos, em homenagem a Tomás de Aquino, o qual já admirava, e o sobrenome Campanella herdado do apelido de um de seus bisavôs<sup>131</sup>. Campanella significa “sino” em italiano e o próprio irá designar o novo sobrenome como uma missão: “ser aquele que chama para a vigilância em razão dos desfechos escatológicos”<sup>132</sup>.

A história, no entanto, não é uma ciência exata com leis e regras inalienáveis. Apesar dos deterministas ou adeptos da ciência natural tentarem impor leis e constatar regularidades na ciência histórica, elas não se verificam na experiência humana como sempre iguais<sup>133</sup>. Como então analisar um homem em seu tempo sem se deixar levar por lógicas exatas? Berlin nos dá uma direção:

[...] para entender um ato humano, devemos sempre evitar a aplicação dos princípios gerais, devemos sempre examinar cada caso em sua plenitude e em seus próprios detalhes. Quando escrupulosamente examinamos a textura e o padrão desta ou daquela vida, não devemos procurar, em nossa precipitação ou em nossa cegueira, condenar ou punir, pois veremos porque este ou aquele homem foi levado a agir desta ou daquela maneira por ignorância, pobreza ou algum outro defeito moral, intelectual ou físico [...] e, desde que é axiomático que não podemos agir sobre nosso conhecimento e, ao mesmo tempo, lamentar o resultado, podemos ter e teremos, em última instância, sucesso em fazer homens felizes, justos, bons e sábios.<sup>134</sup>

O professor Berlin aqui nos lembra de que o historiador não julga nem venera, até porque os escritos podem mentir, as pessoas mentem ou enxergam a realidade ao seu redor de diferentes modos e a história é, sobretudo, escrita pelos “vencedores”, pelas ideias dos “vencedores”<sup>135</sup>. Cabe aqui um exemplo do monge Campanella, que escreveu a maioria de seus livros preso<sup>136</sup> e muitos deles com opiniões controversas; temos motivos para levarmos em conta a possibilidade de Campanella recuar um pouco sua ácida crítica para ser liberto ou, ao menos, ter seus escritos publicados. A *Monarquia da Espanha*<sup>137</sup> é um dos casos notórios, já que o monge, preso acusado de conspiração

<sup>130</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 30.

<sup>131</sup> Idem, Ibidem.

<sup>132</sup> Idem, Ibidem.

<sup>133</sup> BERLIN, op. cit. p. 75-132.

<sup>134</sup> Idem, p. 100.

<sup>135</sup> Idem, p. 102.

<sup>136</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 79-88.

<sup>137</sup> Idem, p. 257.

contra o governo espanhol<sup>138</sup>, além de heresia, apresenta em tal livro a delegação de plenos poderes seculares ao rei espanhol em um momento em que estava preso condenado à perpetuidade. É, portanto, digno de dúvida se Campanella realmente acreditava e proclamava tal ideal ou se apenas as circunstâncias se mostrariam favoráveis a ele se pensassem que estava ao lado dos espanhóis.

A maior dúvida vai, no entanto, na direção de outra obra, também polêmica, *Apologia de Galileu*<sup>139</sup>. Nesta, que Campanella escreve também preso, o autor toma o cuidado para fazer poucas afirmações e defender sobretudo que o sistema heliocêntrico de Galileu Galilei não seria herético, apresentando-o como uma hipótese válida<sup>140</sup>. A obra é escrita em uma *disputatio* ou melhor, *quaestiones disputatae*, modelo de artigo do século XIII<sup>141</sup>. Segundo José Ferrater Mora: “*disputatio designa um modo de apresentar e solucionar as grandes questões filosóficas e teológicas por meio de uma prévia exposição e análise de todas as posições adotadas antes de manifestar a verdadeira sentença*”.<sup>142</sup>

Este modo de disputa filosófica era comum nas universidades europeias a partir do século XIII, anteriormente à “cristianização” da filosofia aristotélica na Europa (graças sobretudo à Tomás de Aquino)<sup>143</sup>, o que provavelmente chamava a atenção do anti-aristotélico Campanella<sup>144</sup>. Dedicada ao censor do Índice Bonifácio Caetano<sup>145</sup>, já no prólogo Campanella ataca os “filósofos pagãos” e defende uma “filosofia dos santos”<sup>146</sup>. No fim, faz a pergunta se a doutrina de Galileu seria concordante ou discordante com a “sagrada escritura”, propõe-se a resolver tal questão em cinco capítulos e os estrutura. No primeiro capítulo, apresenta os argumentos contra Galileu. No segundo, os argumentos a favor. No terceiro, apresenta três teses, que segundo o autor são “conforme a doutrina dos santos, os decretos da natureza e o consenso de todos os povos”<sup>147</sup>. No quarto capítulo, ele responde aos argumentos contra Galileu,

---

<sup>138</sup> Idem, p. 59-66.

<sup>139</sup> CAMPANELLA, 2007, op. cit.

<sup>140</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 129.

<sup>141</sup> CAMPANELLA, 2007, p. 16

<sup>142</sup> MORA, José Ferrater. **Diccionario de Filosofia**. Buenos Aires: Sudamericana, Tomo I, 1975, p. 280.

<sup>143</sup> CAMPANELLA, 2007, p. 17.

<sup>144</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 173-183.

<sup>145</sup> CAMPANELLA, 2007, op. cit. p. 33.

<sup>146</sup> Idem, p. 35.

<sup>147</sup> Idem, p. 49.

para no quinto falar da “posição” dos argumentos a favor de Galileu. Ou seja, mesmo que não se declare a favor dos argumentos de Galileu sobre o heliocentrismo, a postura de Campanella aqui de estruturar seu livro fazendo mais condenações aos críticos de Galileu e à colocação de sua obra no Índice, indica-nos que sua imparcialidade não é tão clara quanto parece. No entanto, ele permanece como um defensor da liberdade de pensar, chegando a afirmar, na mesma obra, que “quem proíbe aos cristãos o estudo da filosofia e da ciências, proíbe-lhe também de serem cristãos”<sup>148</sup>.

O que denominamos atualmente como Itália, sobretudo o sul, onde fica a Calábria, é uma terra de insubmissão tradicional, caracterizada por resistências e banditismo endêmico<sup>149</sup>. A resistência e a luta pela terra e liberdade na península itálica vinham desde as divisões de classe que o historiador Quentin Skinner coloca como tendo seu início de aprofundamento nos princípios do século XIII<sup>150</sup>. Tais desejos de liberdade republicana vinham dos comerciantes recém enriquecidos, mas como tinham origem popular, ou *popolani*, como chama Skinner, continuavam sob o controle dos magnatas nobres<sup>151</sup>. O sul da Itália, agora já em fins do século XVI e início do XVII, nossa época de análise, é uma província dominada pelo rei espanhol, que cobra altos impostos, vende seus bens dominiais para a nobreza e o clero<sup>152</sup> e agrava o problema do banditismo, passando inclusive por ladrões que roubavam dos ricos para dar aos pobres, como Marco Berardi<sup>153</sup>. Delumeau nos traz uma visão um tanto caótica da Calábria na época de nascimento e vida de Campanella:

Província afastada, cujos habitantes são considerados selvagens e supersticiosos, infestada de tarântulas, vítima de terremotos e escassez frequente, percorrida por bandidos que pilham os viajantes, repleta de monges mais ou menos vagabundos, a Calábria do final do século XVI e início do XVII tem uma má reputação. Em 1612, um viajante inglês garante que, entre os povos cristãos, os calabreses são os menos civilizados e os mais rústicos<sup>154</sup>.

---

<sup>148</sup> Idem, p. 53.

<sup>149</sup> Idem, p. 29.

<sup>150</sup> SKINNER, 1996, op. cit. p. 45.

<sup>151</sup> Idem, Ibidem.

<sup>152</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 28.

<sup>153</sup> Idem, p. 29. Marco Berardi, conhecido como *Re dei Boschi* (o rei da floresta), viveu na metade do século XVI na região da Calábria. Roubava dos ricos e dava aos pobres. Foi preciso mais de 3 mil soldados para prendê-lo.

<sup>154</sup> Idem, Ibidem.

Como havíamos falado no início do capítulo, os seres humanos são influenciados diretamente por seu tempo e espaço e neste ambiente cresce o jovem Campanella. Claro que levamos em conta, por exemplo no relato de “um viajante inglês” de Delumeau, referindo-se aos calabreses como “menos civilizados” e “rústicos”, a possibilidade de que seja um preconceito baseado na visão de mundo inglesa, dita civilizada. Apesar disso, não poderemos negar que tal ambiente de relativa independência intelectual influenciará Campanella em seu estilo, inclusive em sua *Cidade do Sol*<sup>155</sup>. Sobretudo a ânsia de saber de Campanella também chama a atenção. Filho de um sapateiro analfabeto e órfão de mãe<sup>156</sup>, o jovem Giovan Domenico acompanhava as aulas da janela da classe por não poder pagar seus estudos, segundo Delumeau nos conta como “uma anedota local”<sup>157</sup>. Entra para a ordem dos dominicanos, lembrando que desde a Idade Média o jeito mais simples e muitas vezes o único de ascensão social para um jovem pobre era entrar em alguma ordem religiosa. Mas Campanella também demonstrava interesse na ordem, sobretudo em falas de dominicanos sobre Tomás de Aquino e Alberto, o Grande<sup>158</sup>. Naturalmente, dentro deste grupo social, o religioso irá incorporar elementos dominicanos à sua filosofia. Como exemplo na *Cidade do Sol*, a comunhão de bens é uma característica dominicana, que pode ter sido influenciada pela ordem<sup>159</sup>.

O historiador Luigi Firpo traz a análise temporal como também importante para enxergar as influências no autor. Segundo ele, o Renascimento e a Contrarreforma foram períodos férteis para crescerem ideias utópicas, sobretudo de cunho político e humanista<sup>160</sup>. Firpo fala sobre o “voltar à natureza” como um impulso de volta ao mito pagão da Idade de Ouro, em ebulição na época de Campanella<sup>161</sup>. As utopias do século XVII se caracterizam, segundo Firpo, por uma maior “vontade de ação” dos seiscentistas, uma crítica mais ácida, um espírito mais iconoclasta. Colocando como grande exemplo Campanella, o historiador italiano fala sobre uma abstração da historicidade para a resposta das perguntas feitas pelos utopistas, ao mesmo tempo que

---

<sup>155</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 30.

<sup>156</sup> Idem, Ibidem.

<sup>157</sup> Idem, Ibidem.

<sup>158</sup> Idem, p. 31.

<sup>159</sup> Idem, Ibidem.

<sup>160</sup> FIRPO, Luigi. **A utopia política na Contra Reforma**. Campinas: UNICAMP, Revista Morus Utopia e Renascimento, vol. 5, 2008, p. 17-19.

<sup>161</sup> Idem, p. 19.

suas críticas são encaixadas na realidade proposta<sup>162</sup>. O que o autor quer dizer é que os utopistas seiscentistas, apesar de terem mais “vontade de ação”, oferecem soluções aparentemente mais idealistas que seus sucessores. Esta percepção, segundo Firpo, se deve ao fato de que:

Para o verdadeiro utopista o *hiato* é ao invés insuperável, as instituições presentes não oferecem aquele ponto de menor resistência sobre o qual fazer pressão com a ação direta para a sua subversão; a única esperança de ação é aquela que se abre no íntimo das consciências especulativas, como convite à reavaliação do real, como antítese crítica da história, para chegar depois a refluir na vida somente através desse lento e indireto trâmite ideal, quando – amadurecidos os tempos, transformada em aspiração difusa aquele solitário ideal – outros farão do modelo sonhado a meta de ação.<sup>163</sup>

Para chegarmos à qualquer mísera compreensão dos ideais de Tommaso Campanella, precisamos conhecer a filosofia de Telésio<sup>164</sup>. Também calabrês, Bernardino Telésio nasceu em 1509 e se formou em física, matemática e medicina<sup>165</sup>. Acreditava na experiência sensitiva que o Universo oferecia aos seres humanos e rejeitava Aristóteles, sobretudo o modo do filósofo grego enxergar as substâncias que compõem o Universo e sua organização hierarquizada e hipóteses arbitrarias<sup>166</sup>. Chamava a atenção de Campanella na filosofia de Telésio sobretudo a ideia de que os fenômenos naturais acontecem pelos diferentes graus de frio e calor, e que estes dois “estados” compõem o Universo, além de compactuar com a filosofia de seu conterrâneo de tomar “como guia a natureza das coisas e não os conceitos dos homens”<sup>167</sup>. Campanella irá redigir um escrito, em 1589, denominado *Philosophia sensibus demonstrata*<sup>168</sup>, contendo grande parte de sua filosofia sensitiva, além de ser uma resposta às críticas dos censores da Igreja e filósofos aristotélicos à obra *De rerum natura*, de Telésio<sup>169</sup>. Anterior à defesa que fez de Galileu na *Apologia*, Campanella já demonstrava aí que queria argumentar, modificar a filosofia de sua época e “pagou o preço” de seus ideais com seus intermináveis anos de cárcere. Tais doutrinas telesianas irão se juntar, na lógica do monge Campanella, a obras de Cabala, adivinhação, da

---

<sup>162</sup> Idem, p. 26.

<sup>163</sup> Idem, Ibidem.

<sup>164</sup> Idem, p. 33-36.

<sup>165</sup> DE CRESCENZO, Luciano. **História da filosofia moderna**. Rio de Janeiro: Rocco, 2007, p. 111.

<sup>166</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 33.

<sup>167</sup> Idem, Ibidem.

<sup>168</sup> Idem, p. 34.

<sup>169</sup> Idem, Ibidem.

tradição dos textos de herméticos, provavelmente pelo contato com um rabino chamado Abraão<sup>170</sup>.

Os textos herméticos se referem à filosofia de Hermes Trismegisto. Tal filosofia e obras herméticas datam do Egito antigo e voltam à tona principalmente pelas mãos dos neoplatônicos, sobretudo Marsílio Ficino, responsável pela tradução das obras de Platão e criação de uma Academia neoplatônica<sup>171</sup>. Hermes Trismegisto provém do deus Hermes grego, mensageiro dos deuses e, por sua vez, tal filosofia é influenciada pelos dizeres que são atribuídos ao deus egípcio Toth junto a uma tradição proveniente da alquimia, que prega sobretudo a deificação da humanidade através do conhecimento de deus<sup>172</sup>. Campanella ainda incluiria mais pensadores e textos a serem analisados, defendidos ou odiados em sua vasta obra. Relatava por vezes o desejo principal em exterminar a filosofia aristotélica e criar um nova filosofia, baseada nas escrituras e no “livro da natureza”<sup>173</sup>. Assim como Telésio, Campanella era um ardente anti-aristotélico e claro, fruto de seu tempo, quando a filosofia neoplatônica fazia retornar o idealismo mutável de Platão com Ficino e os neoplatônicos<sup>174</sup> em oposição à filosofia materialista, hierarquizada e imutável de Aristóteles<sup>175</sup>, proeminente desde a Idade Média e “cristianizada” por Agostinho e Tomás de Aquino<sup>176</sup>.

Campanella ansiava por acabar com a filosofia do “ímpio” e “anticristão” Aristóteles<sup>177</sup>, desejando fundar em seu lugar “um novo projeto filosófico” que continha diversos ideais da curiosa mente do monge calabrês<sup>178</sup>. Falaremos mais deste projeto, antes nos ateremos ainda um pouco nos “inimigos de Campanella”, principalmente Aristóteles e Maquiavel para que possamos compreender o sentido de suas ideias.

Tommaso Campanella via, diferentemente de Aristóteles e apoiado em Platão, Ficino e Telésio, a imortalidade da alma individual e com os escritos atribuídos a Hermes Trismegisto, o ser humano como “resumo do mundo” e deus manifestando-se

---

<sup>170</sup> Idem, Ibidem.

<sup>171</sup> DE CRESCENZO, op. cit. p. 23.

<sup>172</sup> EVOLA, Julius. **A tradição hermética: Nos seus símbolos, na sua doutrina e na sua Arte Régia**. São Paulo: Martins Fontes, 1971, p. 31-36.

<sup>173</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 36-39.

<sup>174</sup> Idem, p. 176.

<sup>175</sup> Idem, p.178.

<sup>176</sup> Idem, p.187.

<sup>177</sup> Idem, p.185.

<sup>178</sup> Idem, p. 185-194.

na natureza, no universo<sup>179</sup>. É muito importante a compreensão deste tipo de naturalismo, antecipando mesmo Spinoza, pois é um conceito que permeará sobretudo a política de geração e controle de Estado na *Cidade do Sol*<sup>180</sup>. Adiantamos aqui um pouco do livro, que será melhor esmiuçado no terceiro capítulo, já que ajudará em nossa compreensão da filosofia campanelliana um trecho onde o autor mescla o cristianismo à esta filosofia natural:

Como princípios Metafísicos das coisas consideram o Ser, que é Deus; e o Nada, que é a negação do Ser, como condição sem a qual nenhuma coisa material se faz, posto que não poderia fazer-se se já existisse; logo, ao fazer-se, é porque antes não existia. Da propensão do Não Ser nascem o mal e o pecado, pelo que dizem que, ao pecar, nos aniquilamos, e que o pecado tem uma causa deficiente, não uma causa eficiente. Por deficiência entendem a ausência ou falta, seja de poder, de saber ou de querer; quando é falta de querer, se produz o pecado.<sup>181</sup>

Neste pedaço do fim da conversa entre o almirante genovês e o hospitalário em *A Cidade do Sol*, o autor expõe muito de sua filosofia natural, mas não deixa de enquadrar na moral cristã e em seus escritos, inclusive afirmando logo em seguida que os solarianos adoravam deus em trindade, assim como os cristãos<sup>182</sup>. É interessante como Campanella utiliza-se desta filosofia sensitiva e maniqueísta fazendo com que, apesar de não terem a “revelação cristã”, sejam naturalmente cristãos<sup>183</sup>, já que deus se manifesta na natureza. O modo como o autor coloca em sua obra o poder estatal da cidade sendo relacionado à sua interpretação da cosmologia cristã como poder, sabedoria e amor (o ser), em confronto com a impotência, a escuridão e o ódio (não-ser), nos dá uma pista de como sua filosofia cristã está incutida na organização da sua cidade utópica, ainda que esta não seja declaradamente cristã<sup>184</sup>. A espiritualidade do cristianismo é, portanto, natural aos que saibam ler o “livro da natureza”, ao contrário do que dizia Aristóteles, para quem, segundo o próprio Campanella, deus era apenas uma força de conservação, não um agente<sup>185</sup>.

---

<sup>179</sup> Idem, p. 177.

<sup>180</sup> Idem, p. 165.

<sup>181</sup> CAMPANELLA, 2002. op. cit. p. 92.

<sup>182</sup> Idem, p. 92-93.

<sup>183</sup> Idem, p. 96.

<sup>184</sup> Idem, p. 8.

<sup>185</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 185.

Campanella, apoiado sobretudo no já falecido Telésio, coloca para si a missão de “acabar com a filosofia pagã” encabeçada por Aristóteles<sup>186</sup>. Não podemos nos esquecer que a filosofia aristotélica era predominante dentro das universidades e da Igreja durante toda a Idade Média e o Renascimento, sobretudo pelos comentários positivos de Tomás de Aquino, como em *O ente e a essência*, onde realiza um trabalho de busca filosófica dos dois termos usando as obras de Aristóteles como fonte, chamando-o apenas de filósofo<sup>187</sup>. A isto, Campanella que, inclusive, mudou o nome em homenagem ao “doutor angélico”, afirmou que Tomás de Aquino vivia em uma época saturada de aristotelismo e quis apenas corrigir seus erros e expor suas doutrinas se “opondo aos seus males”<sup>188</sup>. Baseando-se em Telésio, como já dito, irá, portanto, colocar deus não apenas como um ser autoritário que pôs seus ensinamentos em apenas um livro, mas inseri-lo na natureza, sua “criação”<sup>189</sup>. Afirmará que a memória é uma “sensação antecipada ou renovada”<sup>190</sup> e que o quente e frio são inimigos, sendo que sua “eterna luta” é uma manifestação de deus e reflete tudo o que existe<sup>191</sup>. Chega mesmo a afirmar que o “livro natural” onde deus manifesta-se pelos sentidos é mais importante e mais verdadeiro que as escrituras sagradas<sup>192</sup>. Campanella será acusado de heresia por estas ideias, como por negar a revelação, “comparar humanos a animais”<sup>193</sup>, negar o paraíso e o inferno, comparar deus à natureza, entre outras acusações, além da famosa conjuração da Calábria que lhe rendeu também perseguições encabeçadas pela coroa espanhola<sup>194</sup>.

Sua filosofia pansensista que, basicamente, é uma forma de enxergar o mundo em conectividade, com todas as coisas possuindo sentido e sendo manifestação de deus, aliada à teoria de quente *versus* frio vinda de Telésio, já citada anteriormente, vem de encontro à influência dos estudos de astrologia de Campanella<sup>195</sup>. A astrologia aparece desde a procriação, onde os cidadãos, por procriarem “sob uma mesma disposição dos astros”, mais raramente carregarão atrasos físicos e mentais<sup>196</sup>. Por outro lado, as leis

---

<sup>186</sup> Idem, p. 189-194.

<sup>187</sup> DE AQUINO, Tomás. **O ente e a essência**. Covilhã: Lusosofiapress, 2008.

<sup>188</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 188-189.

<sup>189</sup> Idem, p. 182.

<sup>190</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>191</sup> Idem, p. 182-183.

<sup>192</sup> Idem, p. 181.

<sup>193</sup> Idem, p. 68.

<sup>194</sup> Idem, p. 67-70.

<sup>195</sup> Idem, p. 209-218.

<sup>196</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 49.

criadas contra embelezar-se<sup>197</sup> nos colocam a dúvida sobre a confiança na infalibilidade do método de procriação astrológico de Campanella. Ainda assim, acreditando que deus manifestava-se no universo, nada mais lógico para ele que colocar os astros como influenciadores nos acontecimentos terrenos e na vida humana<sup>198</sup>. Apesar disso, Delumeau cita o *De sensu* de Campanella para reafirmar que o autor não perdia sua crença na liberdade humana apesar da influência dos astros:

Ali está escrito: “Não existe homem tão grosseiro sobre a terra que não perceba que as gerações, alterações e corrupções, as estações do ano, as mudanças no ar, no mar e na terra vêm dos dois astros [o Sol e a Lua] e das estrelas[...]. É preciso portanto dizer que Deus colocou nas estrelas as leis e o ordenamento de tudo o que advém no mundo dos corpos”. Somos levados a atribuir toda mudança às causas daqui na terra; mas precisamos antes buscar suas razões celestes. De fato, a liberdade existe. “Eu conheço alguém que suportou 40 horas de tortura, em vez de dizer ao juiz o que ele teria desejado. Se a violência não pode vencer a vontade, as estrelas o podem ainda menos”.<sup>199</sup>

Tal afirmação de Campanella no fim, escrevendo sobre alguém que suportou 40 horas de tortura e nada falou, que também se encontra no final de *A Cidade do Sol*<sup>200</sup>, é uma referência a si mesmo. O antigo monge sofreu 40 horas de tortura diante da Inquisição<sup>201</sup>, inclusive o martírio da *veglia*<sup>202</sup>, até que se fingiu de louco e foi poupado pelos inquisidores, já que os loucos não poderiam arrepender-se no Juízo Final, sendo mantidos presos pela Igreja. Assim, o monge acabou “trocando” sua pena de morte por uma prisão perpétua<sup>203</sup>.

Também vale ressaltar a astrologia como forma de eugenia na cidade de Campanella<sup>204</sup>. O autor condena a sodomia e importa-se muito com a procriação, a ponto de pintar sua cidade como um lugar onde o poder seleciona o equilíbrio para a

---

<sup>197</sup> Idem, p. 51.

<sup>198</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 210.

<sup>199</sup> Idem, p. 215.

<sup>200</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 99.

<sup>201</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 67-77.

<sup>202</sup> Idem, p. 74-77. Significa “vigília” em italiano. Consistia em amarrar o acusado a uma cadeira de madeira durante até 40 horas, onde era impedido de dormir. A cadeira, no caso de Campanella, era angulosa, os braços atados para trás, os ombros amarrados por cordas, os membros inferiores mantidos por um bastão, entre outras atrocidades. Este método de tortura foi inventado, segundo pesquisa de Amabile citado por Delumeau, por um criminalista do século XVI.

<sup>203</sup> Idem, p. 76-77.

<sup>204</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 43-50.

prole perfeita, ou seja, “mulheres sãs e formosas com varões fortes e eruditos; pessoas demasiadamente obesas com outras demasiadamente magras”<sup>205</sup>. A *Cidade do Sol*, portanto, é um lugar onde os astros, no instante da procriação, criam os cidadãos belos, que depois serão virtuosos por meio das leis<sup>206</sup> e esta “seleção” feita pelos astros pode ser pensada como uma forma de eugenia.

Outro pensador que Campanella considerou inimigo, esse com uma relação mais paradoxal, foi Nicolau Maquiavel<sup>207</sup>. Tal paradoxo vem do fato de Tommaso Campanella ter sido considerado um “segundo Maquiavel” por teóricos contemporâneos, como o médico Hermann Conrig<sup>208</sup>. Enquanto atribuía a Maquiavel a categoria de “ímpio”, “anticristão” e por vezes a imagem do próprio anticristo<sup>209</sup> por sua análise fria e calculista a favor da manutenção do poder, sobretudo em *O Príncipe*<sup>210</sup>, o mesmo Campanella dava conselhos parecidos, considerados “maquiavélicos”, a favor da construção da monarquia mundial em torno da figura do papa<sup>211</sup>. Então, qual afinal era a grande crítica de Campanella em relação à filosofia de Maquiavel?

Sobretudo uma diferença de interpretação dos atos do governante separa estes dois teóricos. Campanella acusa Maquiavel, na *Monarquia da Espanha*, citada por Delumeau, de ser astucioso e não prudente. Continuava dizendo que Maquiavel teria esta característica própria dos tiranos e enganava seu próprio povo em vantagem para a manutenção do governante. Ao mesmo tempo, Campanella deu conselhos em suas obras para que se enganassem príncipes prometendo a mesma herança, se matasse Maurício de Nassau e inclusive Lutero, com igual ou maior frieza que Maquiavel, com a diferença, segundo o próprio Campanella, que as razões para estes atos seriam divinas, propósitos de deus e condizentes com a virtude, que é fonte de todo o bem. O que parece, afinal, a grande distinção entre estes dois filósofos é a religião. Maquiavel a via como um meio de governo e pouco questionava sobre suas possíveis origens transcendentais, sendo acusado principalmente por sua frieza e oportunismo. Já Campanella via a religião contida em toda a natureza, base de sua filosofia, a religião como inata ao ser humano. Baseado no ascetismo religioso, fazia ferozes críticas à

---

<sup>205</sup> Idem, p. 44-45.

<sup>206</sup> Idem, p. 47.

<sup>207</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 277-290.

<sup>208</sup> Idem, p. 278-279.

<sup>209</sup> Idem, p. 277.

<sup>210</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo: DPL, 2008.

<sup>211</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 280-281.

nobreza e ao ócio tão abundantes e crescentes na Europa renascentista<sup>212</sup>. Maquiavel também tinha sua moralidade, distinta, mais lógica<sup>213</sup> e seu conceito de *virtú* é baseado mais em uma moral política, um tipo de honra<sup>214</sup> do que a moral religiosa que Campanella dá ao seu conceito de virtude.

Um exemplo que expõe esta diferença entre os conceitos de virtude entre Maquiavel e Campanella é tratado na *Cidade do Sol*. Segundo o relato do Almirante genovês, a cidade não seria governada por um déspota, pois como só os doutos a governam, a virtude viria acompanhada do conhecimento<sup>215</sup>. Já Maquiavel, em sua obra magna, afirma que pouco importa como se chega ao poder, mas sim mantê-lo. E para tal mostra-se a virtude do governante<sup>216</sup>, que neste caso não vem acompanhada necessariamente de conhecimento, mas de capacidade de ação. Maquiavel, portanto, distancia-se deste platonismo de Campanella.

Ainda sobre os paralelismos que são traçados pelos estudiosos de Campanella, Carlos Berriel chama a atenção para a comparação entre Campanella e Morus, chegando à conclusão de que Morus é mais “aristocrático e elegantemente ético”, enquanto Campanella, mais ácido, messiânico<sup>217</sup>, ao descreverem suas utopias. O estudo das experiências pelas quais cada autor passou, assim como seu lugar no espaço e no tempo, aliado à sua personalidade e ideais irão nos explicar estas diferenças. Assim como os impactos pelos quais a sociedade em que cada um viveu deram suas contribuições em suas obras. Constitui-se assim, um estudo de história intelectual, este que, aliado ao estudo da literatura abordado no primeiro capítulo, nos dará uma melhor amplitude para estudar a obra e a visão de Estado perfeito de Campanella dentro dela.

Um tema que permaneceu como incógnita e suscitou o debate de diversos biógrafos de Campanella foi a religião do monge calabrês<sup>218</sup>. Até o momento, mostramos que Campanella era um monge dominicano e certamente, por sua época e lugar, além de toda conjuntura a que esteve exposto, um cristão. Apesar disso, alguns estudiosos de Tommaso Campanella, como León Blanchet e Luigi Amabile, afirmam a

<sup>212</sup> Idem, p. 283-290.

<sup>213</sup> SKINNER, 1996, op. cit. p. 155.

<sup>214</sup> Idem, p. 150.

<sup>215</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 36-37.

<sup>216</sup> MAQUIAVEL, op. cit. p. 51-57.

<sup>217</sup> BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Campanella: a consciência possível da Contra-Reforma. Considerações sobre o Appendice dela politica detta La Città del Sole di fra' Tommaso Campanella – Dialogo Poetico (1602)**. Campinas: Revista Morus, Vo. 5, 2008, p. 109.

<sup>218</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 291-304.

possibilidade dele ter “abandonado o dogma” como um livre pensador, e que a dor da prisão, sua conjuntura no momento, além da condenação e morte de Giordano Bruno, fizeram-no dissimular sua crença no cristianismo<sup>219</sup>. O debate é, no entanto, mais complexo do que se imagina e, se tratando de uma época distante e contando que todos podem mentir e dissimular (ainda mais na situação de cárcere de Campanella), podemos apenas especular diversas possibilidades e seguir aquilo que nossa lógica nos diz baseados nas fontes oferecidas ao historiador.

Em contrapartida à opinião de Blanchet e Amabile, outros biógrafos do autor, também expostos por Delumeau, trazem diferentes opiniões sobre o assunto. O autor francês mostra que, para Giovanni Di Napoli, baseado em escritos de Campanella como a *Theologia* e o *Atheismus Triumphatus*,

nem deísta nem cristão sem dogma. Campanella foi em seu tempo, do começo ao fim de sua carreira, o mais enérgico promotor de uma sociedade “cristocêntrica” que, mais tarde, Pio XI (encíclica *Quas primas*) e Pio XII (encíclica *Mysticorporis*) chamaram de seus desejos.<sup>220</sup>

O deus de Campanella está presente em sua criação e ele coloca a natureza acima das escrituras como melhor forma de conhecê-lo. Apesar disso, trata seu deísmo como trindade, com bases cristãs, que coloca em sua *Cidade do Sol*<sup>221</sup>. Além disso, o monge escreveu e profetizou acerca de uma sociedade governada em torno da figura papal, sendo a religião para ele o “fundamento de toda a coletividade humana”<sup>222</sup>. Ainda assim, o monge foi condenado por diversas vezes por ser um “libertino” e ter “atitudes oportunistas” utilizando o nome de deus, além de envolvimento com “inimigos da igreja”, magos, turcos e por ter conversas com demônios (essas “confessadas” pelo próprio Campanella)<sup>223</sup>. Além disso, também o condenaram por “negar os sacramentos”, “afirmar que Maria não era virgem” e que “Jesus não ressuscitou”, entre

---

<sup>219</sup> Idem, p. 291-292.

<sup>220</sup> Idem, p. 292.

<sup>221</sup> Idem, p. 297.

<sup>222</sup> Idem, p. 311.

<sup>223</sup> CAMPANELLA, Tommaso. **De sensu rerum...** p. 125-126, *In* DELUMEAU, op. cit. p. 295-296.

outras condenações do Santo Ofício, muitas delas obtidas por meio de antigos “amigos” de Campanella.<sup>224</sup>

Germana Ernst, Firpo e Headley, incansáveis estudiosos de Campanella, discursam sobre uma possível “conversão” do monge dentro dos calabouços<sup>225</sup>, com relatos do próprio Campanella, afirmando que o “chicote das provas” o trouxe novamente para perto da salvação<sup>226</sup>. Estes autores acreditam que o monge realmente modificou algumas formas de pensar com o longo cárcere e morte de alguns outros “livres pensadores”. Buscava mostrar, sobretudo, como lembra o professor Berriel, que era possível destruir as bases materialistas aristotélicas pela filosofia sensitiva de Telésio sem sacrificar a ideia da revelação cristã<sup>227</sup>, e sua filosofia é posta no papel em *A Cidade do Sol*.

As contradições que encontramos em seus pensamentos ao longo de diferentes momentos de sua conturbada vida podem confundir aquilo que pensamos do autor e suscitar diferentes interpretações sobre o monge, afinal, nenhum dos seus biógrafos e poucos estudiosos de Campanella eram próximos a ele e viviam em sua época e, mesmo que o fossem, ainda permaneceriam dúvidas e interpretações dúbias. Campanella fez um grande esforço para que Galileu, Bruno e outros pensadores não fossem considerados heréticos, afirmando que as pessoas “compreendem deus de maneiras diferentes”<sup>228</sup>, ao mesmo tempo em que condenava Lutero, Calvino, entre outros “demoníacos”, como Delumeau ilustra nesta passagem dos *Antiveneti*, obra do monge:

Sob esse mesmo ângulo foi o espectro da divisão da cristandade que Campanella levantou em 1606 diante dos venezianos em conflito com Paulo V. Determinadas passagens dos *Antiveneti* se dividem sobre esse tema entre veemência e vulgaridade, sendo Veneza comparada a uma jovem religiosa que deseja fugir de seu monastério para “ir ao bordel com outras putas”. “Bordel é a Alemanha”, grita Campanella, “violada por Lutero, cavalgada por Calvino, Zwingli, Oecolampade, Melanchton [...] e tantos outros filhos da escola de fornicção do demônio”. Nenhuma puta verdadeira se contenta só com um. [...] “Mas a Hungria supera todas, ela que finalmente se apaixonou por Maomé, tão cara a Calvino.”<sup>229</sup>

---

<sup>224</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 293.

<sup>225</sup> Idem, p. 293-297.

<sup>226</sup> Idem, p. 295.

<sup>227</sup> BERRIEL, 2008, op. cit. p. 121-122.

<sup>228</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 310.

<sup>229</sup> Idem, p. 312.

Esta crítica ácida feita por Campanella aos dissidentes da Igreja Católica e os países que os acolheram e seguiram sua filosofia, pioneiros da Reforma protestante ou islâmicos, vai sobretudo no sentido de serem aqueles que dividiram a igreja<sup>230</sup>. Como já dito, Campanella ressaltava o aspecto coletivo da religião, de união da humanidade sob a “verdade absoluta”<sup>231</sup>. Esta teoria que Campanella pregava sobre a religião católica certamente irá ecoar na *Cidade do Sol*, que é uma comunidade baseada no coletivismo levado ao extremo, onde “não existem ricos nem pobres”<sup>232</sup>, como será melhor analisado na sequência.

Campanella chegou a ser comparado com Pelágio por enaltecer a boa natureza humana em detrimento ao pecado original, acreditando que a era de ouro chegaria<sup>233</sup>. Mas também tinha um forte ascetismo religioso e suas ácidas críticas contra os “inimigos da igreja”, características que foram comparadas ao polêmico frade Girolamo Savonarola e suas atitudes iconoclastas contra os pecadores, os luxos, a “igreja prostituída”, sobretudo os Borgia<sup>234</sup>. Mas Campanella teve uma vida mais longa que este, sabendo dizer, por vezes, o que parecia ser aquilo que “queriam ouvir”.

Tommaso Campanella foi, portanto, uma das grandes mentes que viveram no conturbado período do Renascimento. Ávido por leitura, defensor da liberdade dos escritos, causou polêmica especialmente por tentar excluir a autoridade de Aristóteles e sobretudo por considerar a religião infusa (*innata*), retirada da natureza, mais importante que a comunicada, escrita (*addita*)<sup>235</sup>. Sua vida de longo cárcere e intensa perseguição lhe deram ao menos uma morte relativamente tranquila, em Paris, após servir de astrólogo para o papa Urbano VIII e redigir o mapa astral do futuro rei Louis XIV, o Rei Sol<sup>236</sup>. Aqui, procuramos compreender melhor suas ideias e a cadeia de determinações sociais, espaciais e temporais que o envolviam<sup>237</sup>. A iconoclastia deste e de outras personagens possuem suas bases de existência e o Renascimento era, sem dúvidas, uma grande faísca para seu nascimento.

---

<sup>230</sup> Idem, p. 311.

<sup>231</sup> Idem, Ibidem.

<sup>232</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 54.

<sup>233</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 313.

<sup>234</sup> DE CRESCENZO, op. cit. p. 35-36.

<sup>235</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 309.

<sup>236</sup> Idem, p. 219-220.

<sup>237</sup> SKINNER, Quentin. **As ciências humanas e seus grandes pensadores**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992, p. 30-31.

### Capítulo 3 - A Cidade do Sol em seu contexto político: utopia, imaginário e a defesa de um estado místico comunitário

“O homem caminha com os pés na terra e a cabeça no ar; e a história do que aconteceu na terra – a história das cidades e dos exércitos e de todas as coisas que possuíram corpo e forma – é apenas metade da história da humanidade.”<sup>238</sup>

Após estudarmos a personagem Tommaso Campanella, procurando relacionar os aspectos da vida do autor em relação à obra aqui analisada, *A Cidade do Sol*, neste capítulo final a pretensão é olhar para obra e fazer-nos algumas perguntas. Buscando compreender o Estado de Campanella em sua utopia, envolvido em diversas filosofias distintas, nos voltaremos para sua organização, administração e sobretudo a moral dos cidadãos, também utópicos, por sua perfeição física e mental. Essa é resultado da influência dos astros aliada à incessante busca de conhecimento em uma educação voltada para produzir cidadãos e cidadãs belas e inteligentes a serviço do Estado. O objetivo do trabalho é, como já foi dito, analisar o Estado místico que Campanella propõe na ficção solariana, sendo para isso necessário esmiuçar sua obra. Como é organizada a cidade? Onde estão os ecos da filosofia do monge em sua utopia? Como são corrigidas as “falhas” humanas? Como a obra se encaixa em seu contexto? Ela nos traz algo de novo? Afinal, que tipo de governo é explicitado na obra? Para encontrarmos possíveis respostas a estas perguntas, estudaremos o escrito em si, sem esquecer os apontamentos dos capítulos anteriores, que nos dão base teórica, contexto e sobretudo nos indicam os limites de nossa interpretação, já que aqui é analisada uma literatura produzida em uma grande distância temporal.

Por ser uma obra literária, é importante lembrarmos do conceito de imaginário e como pode influenciar nosso estudo. Partimos portanto da noção de que toda experiência do real tende a ser percebida através de chamados “filtros sensoriais”, que são desenvolvidos culturalmente, possuindo uma ampla rede de significados<sup>239</sup> e o imaginário aqui encaixa-se como um conjunto de representações coletivas e ideais em

---

<sup>238</sup> MUMFORD, op. cit. p. 20.

<sup>239</sup> FRANCO JÚNIOR, op. cit. p. 16.

constante relação mútua com o real<sup>240</sup>. Hilário Franco Júnior nos lembra que uma “modalidade” do imaginário é a utopia, que parte do presente e procura antecipar ou reparar um futuro idealizado, geralmente no passado. Estes sonhos, partes de um imaginário que se torna coletivo, tendem a substituir o banal pelo desejado<sup>241</sup>. A utopia vai aqui, portanto, caminhar entre a estreita ligação que existe dos conceitos de imaginário com a realidade. Conceitos esses que por muito tempo se opuseram, mas influenciam-se mutuamente, afastando os mitos do imaginário como quiméricos e o estudo da história como puramente materialista<sup>242</sup>. Como nos lembra Sandra Pesavento, essa abordagem surge após a chamada “crise dos paradigmas” de se interpretar a história, por volta da metade do século XX, ultrapassando a dicotomia cartesiana entre o real e o imaginário<sup>243</sup>, trazendo abordagens de outras áreas e tendo como base de estudo documentos antes poucos usados, a literatura que aqui usamos como fonte sendo um grande exemplo.

Como de costume neste tipo de literatura da época, sobretudo pelas navegações e encontros com outros territórios e cidades diversas, Campanella coloca sua sociedade em um país distante, na encosta de uma colina, em algum lugar do interior da ilha de Taprobana<sup>244</sup> (atual Sri Lanka), em cima da linha do Equador. Suas características são narradas por um almirante genovês que havia servido a Cristóvão Colombo, em uma conversa com um grão-mestre da ordem dos hospitalários de São João de Jerusalém<sup>245</sup>. O almirante faz uma descrição minuciosa do aspecto físico, social e político da *Cidade do Sol*, além do caráter do povo e alguns detalhes de sua rotina, sempre igual. Sobre as duas únicas personagens desta obra literária, vale salientar que não engajam em ação ou seguem enredos, baseando-se em uma conversa onde o Hospitalário normalmente é inerte e resume-se praticamente a fazer perguntas sobre a incrível cidade descoberta pelo genovês. Esse já havia dado a volta na Terra e desembarcara em um território até então conhecido como Taprobana, onde é encontrado pelos nativos, que eram familiarizados com sua linguagem<sup>246</sup>. É uma trama amarrada, por vezes descritiva e

---

<sup>240</sup> ESPIG, Márcia Janete. “O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história.” Canoas: *Revista Textura*, n. 9, nov. 2003 - jun. 2004, p. 52.

<sup>241</sup> FRANCO JÚNIOR, op. cit. p. 16-17.

<sup>242</sup> ESPIG, op. cit. p. 52-55.

<sup>243</sup> PESAVENTO, Sandra. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário.” São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol. 15, n. 29, 1995, p. 10-12.

<sup>244</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 11.

<sup>245</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>246</sup> Idem, p. 11-12.

repetitiva, onde encontramos ecos das filosofias pessoais do monge, muitas vezes colocadas de forma sutil.

Na encosta de uma alta colina e sob uma vasta planície, estava então esta cidade, segundo o almirante de Campanella, contendo seu principal templo em cima de um monte. Aqui já encontramos a astrologia, primeiro aspecto a analisarmos, a que o monge tanto se dedicou em seus estudos, a influenciar na sua obra: a cidade é composta de sete círculos que possuem o nome dos sete planetas do sistema solar conhecidos até então. Além disso, a ligação de um círculo a outro é feita por quatro diferentes caminhos, que terminam em quatro portas, apontadas para os quatro pontos cardeais<sup>247</sup>. É decorada em seu interior e exterior com a história da cidade e dos povos, mapas, figuras geométricas, grandes heróis de várias nações, santos, entre tantos outros estudos considerados essenciais para o cidadão solar<sup>248</sup>. Segundo o almirante, a cidade foi planejada estrategicamente, já que cada círculo precisaria do dobro de forças para conquistar em relação ao anterior<sup>249</sup>. Percebe-se, portanto, que a astrologia é colocada pelo autor como grande base filosófica da cidade, influenciando inclusive em sua defesa.

É bom salientar que a astrologia está envolvida em praticamente todos os aspectos da cidade, destacando-se também os projetos eugênicos e de procriação que envolvem a filosofia de influência dos astros. O Almirante afirma, no começo do diálogo, que os solarianos buscam a melhora da “raça” humana, assim como as outras nações fazem com a canina e equina, por exemplo<sup>250</sup>. Para tal, enviam crianças com supostos atrasos mentais para campos, sendo integradas somente quando “normalizadas”, apesar de serem casos difíceis de acontecer como o narrador nos cita<sup>251</sup>. Tornam-se raros tais casos por influência também da astrologia, desta vez na reprodução, que é realizada ao comando dos astros: colocam-se duas pessoas diferentes, uma pessoa magra e outra gorda, por exemplo, para que “moderem-se os excessos” e a prole seja física e mentalmente perfeita, sendo definido o futuro de cada cidadão a partir da posição dos astros no momento de sua concepção<sup>252</sup>. Neste ponto fica evidente o misticismo deste Estado de ordem e regulamentação, primeiro ponto a se analisar da

---

<sup>247</sup> Idem, p. 12-13.

<sup>248</sup> Idem, p. 18-23.

<sup>249</sup> Idem, p. 13.

<sup>250</sup> Idem, p. 22.

<sup>251</sup> Idem, p. 49.

<sup>252</sup> Idem, p. 43-50.

visão de bom governo do autor. O deus presente na natureza e em contato direto com sua criação, base da filosofia de Campanella, está aqui inscrito nos astros e determina as feições e moral perfeitas dos cidadãos. A educação é um dos pontos fortes no discurso desta cidade, mas a influência dos astros, como um “guia” divino, é essencial para a manutenção da civilização. Apesar de utilizar-se deste misticismo, a utopia de Campanella permanece uma utopia de reconstrução, sobretudo por privilegiar certas regulamentações necessárias para manter-se uma cidade, utilizando-se de uma base que, para a conjuntura da época, era encarada como real<sup>253</sup>. O governo aqui, caracterizado pela ideia já anteriormente discutida de Campanella de uma teocracia nas mãos de um monarca, se torna inevitável com a política solariana de determinação dos astros ao nascer. Tal rito coloca como poder inicial e fundamental o dos astros, que representam a conexão entre o soberano divino com os humanos.

Os habitantes desta cidade são perfeitos, ascéticos, felizes, precisando trabalhar apenas quatro horas por dia em um sistema comunitário. Não mencionam-se salários, sendo as coisas repartidas por todos, ninguém almejando bens individuais<sup>254</sup>. As heranças são proibidas para evitar o orgulho e a avidez. Ainda mencionam-se trocas comerciais com outras nações e o uso inclusive de moeda para isso, mas com intenções apenas de conhecer outras culturas e objetos<sup>255</sup>, distantes do materialismo, fruto de tantas críticas de Campanella. Vivem sem dinheiro, são moral e fisicamente belos, sendo portanto a encarnação de uma ideia mística do autor sobre o aperfeiçoamento do ser humano por meio da obediência aos astros e amor incondicional à comunidade. Defensor da monarquia (como foi Campanella também em alguns momentos), Jean Bodin, jurista francês, já na metade final do XVI havia definido o sistema monárquico como de direito divino, portanto, com a necessidade de herança<sup>256</sup>, o que aqui Campanella descarta. Sobre a relação entre a filosofia de Bodin e Campanella, encontramos algumas convergências e as discutiremos mais para frente.

A sodomia é criminalizada, sendo o sexo permitido apenas para a reprodução<sup>257</sup>. Mas em alguns casos, existem “mulheres estéreis comuns” dadas à “coletividade”<sup>258</sup>.

<sup>253</sup> FRANCO JÚNIOR, op. cit. p. 20.

<sup>254</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 39-43.

<sup>255</sup> Idem, p. 26.

<sup>256</sup> LENZ, Sylvia Ewel. “Jean Bodin: As premissas de um Estado soberano.” Londrina: *Revista Mediações*, vol. 9, n. 1, 2004, p. 131

<sup>257</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 44.

<sup>258</sup> Idem, p. 48.

Aqui, nota-se a influência do patriarcado nessa sociedade, pois apesar de terem a mesma instrução que os homens<sup>259</sup>, tem-se uma larga discussão sobre serem comuns ou não as mulheres, objetificando-as<sup>260</sup>. A historiadora Silvana de Paula Palma discute esse assunto, enfatizando que para os solarianos apenas o prazer do homem é satisfeito, dando-lhes mulheres estéreis para satisfazê-los e em momento nenhum o autor inclui os prazeres sexuais femininos em sua utopia<sup>261</sup>, tratando-as como coisas a serem possuídas e repartidas entre a comunidade. Ainda que tenham a mesma educação que os meninos, Campanella não foge da ideia de dar às mulheres funções mais leves, dedicando-as à música, por exemplo, e em momento nenhum cita a possibilidade de participarem do governo da cidade, sempre colocado como responsabilidade masculina.

O Almirante afirma que na Cidade do Sol “a comunidade das mulheres está afeita tanto à obediência (aos homens) como ao leito”, fazendo disto um debate com o Hospitalário em um dos raros momentos em que este se manifesta, onde ambos trocam referências filosóficas como Platão e Tertuliano para afirmar a posição de inferioridade das mulheres na cidade, apesar dos ares de igualdade<sup>262</sup>. O Hospitalário defende que sejam comuns apenas na obediência, o que não muda o rebaixamento delas nesta sociedade fictícia. A cidade também condena, com pena de morte, o embelezamento do rosto com cosmético e uso de saltos por parte das mulheres, excluindo aqui os homens deste “delito”<sup>263</sup>. Sendo assim, a mulher é colocada em segundo plano, como tendo um caráter vaidoso a ser corrigido pelos astros, o que também vai acabar excluindo-as da política, lugar de seriedade e, no caso desta cidade, de santidade. Além disso, a larga discussão sobre elas serem comuns ou não e sendo as mulheres comuns em certas ocasiões, demonstra na cidade o governo do homem sobre a mulher em primeiro lugar.

Campanella dificilmente ultrapassaria a filosofia e pensamento característicos de sua época. Ainda que progressista em alguns aspectos, como no apoio ao heliocentrismo de Galileu e na sua concepção de deus na natureza se comunicando com sua criação, o monge italiano via as mulheres como importantes para a procriação, mas impotentes intelectual e fisicamente ante os homens. Voltando à análise de Silvana Palma, as mulheres eram vistas, na época de Campanella, como complementares aos homens,

---

<sup>259</sup> Idem, p. 31.

<sup>260</sup> Idem, p. 54-56.

<sup>261</sup> PALMA, Silvana de Paula. **As mulheres nas utopias modernas: A Cidade do Sol, Nova Atlântida e as (des)igualdades imaginadas**. Florianópolis: UDESC, 2015, p. 39-40.

<sup>262</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 54-56.

<sup>263</sup> Idem, p. 51.

sendo sua relação com eles o que caracterizava a sua posição social, sobretudo no espaço doméstico<sup>264</sup>. A autora, ao estudar a obra de Campanella, não deixa de lembrar que ele coloca em sua comunidade fictícia os homens como exemplo a ser seguido, tendo suas imagens espalhadas para que as mulheres os tivessem como modelos para a prole<sup>265</sup>.

Percebe-se na narrativa de Campanella sobre sua cidade utópica que existem leis para punir diversos tipos de delitos considerados graves para os solares, a maioria deles baseados no moralismo do autor, como a ingratidão, malignidade, ócio, maledicência ou mentira e, inclusive, é mencionada a existência de juízes e penas capitais para diversos crimes, como “se embelezar”<sup>266</sup>, como já foi citado. Curioso aqui é que, pela própria eugenia que a cidade segue com a ajuda da astrologia, é paradoxal que ao mesmo tempo exista algo que “saia do controle”, sobretudo na questão do embelezar-se, já que o almirante diz, em certa parte do diálogo, que “na Cidade do Sol não existe a fealdade”<sup>267</sup>. A dúvida que fica é: por que existem penas para crimes que, teoricamente, não seriam cometidos? É uma dúvida de Campanella quanto à sua teoria eugênica ou simplesmente uma “precaução”, um aparato legal, desconfiança da natureza humana? O que nos parece é que o autor realmente desconfia da natureza humana, sobretudo pelo controle dos corpos, questão fortemente colocada na Cidade do Sol. Segundo Fournel, a aspiração “imperial” de Campanella do domínio do mundo nas mãos de um grande monarca tem seus ecos em sua utopia quando o autor preconiza uma “comunidade dos corpos”, colocando o coletivo acima do domínio individual e os corpos, sobretudo o feminino, como instrumento de controle da natalidade<sup>268</sup>.

Voltando à Jean Bodin, esse discutia também a função das leis dentro de uma comunidade política. Ao analisar este tema dentro da obra do francês, o filósofo Alberto Ribeiro de Barros cita três tipos diferentes de leis analisadas por Bodin: moral, doméstica e civil. A primeira seria aplicada pelo próprio indivíduo em si mesmo, a segundo pelo chefe de família (no caso, o homem) e a terceira regula as relações entre

---

<sup>264</sup> PALMA, op. cit. p. 34-35.

<sup>265</sup> Idem, p. 38.

<sup>266</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 51-52.

<sup>267</sup> Idem, p. 51.

<sup>268</sup> FOURNEL, Jean-Louis. “Eugenia e universalismo imperial (O controle dos casamentos e da natalidade no pensamento político de Tommaso Campanella).” *In*: MATTOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Raquel (org). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: UNESP, 2003. p. 85-91

as famílias (que são a comunidade política) e é determinada pelo soberano<sup>269</sup>. Na utopia de Campanella, a família é o Estado, a moral é definida pelos astros e moldada pela rígida educação e as leis civis são na prática imutáveis, pois são perfeitas, independente de uma possível mudança de governante. Ao colocar algumas leis, o autor de certa forma controla com mais rigidez a moral (aquela que o indivíduo aplica a si mesmo segundo Bodin), principalmente por notar que, em seu modelo de cidade, o respeito à lei moral irá garantir as leis doméstica e civil. A existência destas leis também pode ser uma forma de demonstrar justiça na cidade, já que se respeitados os rituais de procriação e a rígida educação, elas não serão tão necessárias.

Para confirmar tal análise, Fournel também destaca que, diferentemente de Morus ou Bacon, Campanella não coloca a unidade familiar como centro da comunidade, pondo-a como a grande família, partindo do princípio da sexualização das práticas sociais<sup>270</sup>. O que ele quer dizer é que, dentro da utopia de Campanella, coloca-se o princípio de indiferenciação dos sexos na educação, ao mesmo tempo que mulheres e homens convivem separados em refeições, nos leitos e na maioria das funções. O corpo social torna-se mais importante que o indivíduo em si e a “adequação moral” de todos os cidadãos se faz prioridade. O monge calabrés faz críticas ao amor próprio e ao egoísmo, exaltando o amor à comunidade<sup>271</sup>, que representa o amor familiar, em conciliação com a análise de Fournel. O grande corpus social representa a vontade de deus que é moldada nos habitantes por meio dos astros no instante do nascimento, aqui será o princípio da comunidade. Neste caso o corpo, principalmente o das mulheres, tem, segundo Fournel, um aspecto um tanto paradoxal:

Tudo se passa como se fosse ilusório ou difícil conciliar as heranças médicas e religiosas com a mensagem profética, conciliar a desigualdade radical dos corpos sexuados de que são portadoras as primeiras (a frieza das mulheres, que lhes dificulta o acesso à racionalidade, a importância atribuída à vocação feminina de ser primeiro esposa e mãe) com sua semelhança parcial postulada pela segunda, conciliar a exclusão tradicional das mulheres do governo (em nome de sua racionalidade insuficiente) com o seu papel essencial na “procriação” como imperativo da conservação da espécie.<sup>272</sup>

---

<sup>269</sup> BARROS, Alberto Ribeiro de. “O conceito de soberania no Methodus de Jean Bodin.” São Paulo: *Revista discurso*, n. 27, 1996, p. 140-141.

<sup>270</sup> FOURNEL, op. cit. p. 83-84.

<sup>271</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 26.

<sup>272</sup> FOURNEL, op. cit. p. 90.

Aqui, Fournel discute a recusa de Campanella sobre a relação entre o prazer sexual e a procriação em sua utopia. Chama atenção, no fim, a relação paradoxal no papel essencial da mulher neste Estado como procriadora, ao mesmo tempo a rejeição de tantos outros seus possíveis papéis sociais e inclusive ao prazer, pois na visão de Campanella só os homens são “tentados por Vênus” e precisam satisfazer-se sexualmente além da procriação, um luxo que não é dado às mulheres. Fournel coloca, portanto, essa dominação dos corpos em prol da estrutura social como essencial para entender o Estado criado por Campanella na Cidade do Sol.

Essa estrutura social é colocada de forma homogênea por Campanella em tantos outros aspectos. Aparentemente não se importam com ouro ou joias<sup>273</sup>, vestem-se da mesma maneira e não conhecem pobreza ou riqueza. Essa uma característica marcante das utopias, as quais, segundo o historiador Grégory Claeys, possuem a característica de “equilibrar a discórdia privilegiando o coletivo, em geral tornando mais iguais a propriedade e as classes sociais”<sup>274</sup>. Campanella mantém esta postura de equilíbrio, no que pode ser também entendido como uma crítica à soberba dos nobres europeus e ao banditismo gerado pela pobreza. A esse respeito, o almirante afirma:

Ao contrário, a vida em coletividade faz de qualquer indivíduo um rico e um pobre ao mesmo tempo: rico porque tem e possui tudo; pobre, porque ninguém se afana em servir as coisas, mas sim em servir-se delas. A este respeito, enaltecem continuamente a religião e a vida dos apóstolos.<sup>275</sup>

O monge calabrés irá fazer críticas à sociedade em que vive em sua obra, sobretudo à ociosidade da sociedade napolitana, onde poucos trabalham e os que não trabalham lucram<sup>276</sup> (uma possível crítica também à nobreza). Campanella constrói uma sociedade onde os jovens “riem” do dinheiro, desnecessário na cidade, como já discutido. Todos trabalham e tem a sua função social, sua vocação dada pelas estrelas no nascimento<sup>277</sup>. Em uma terra utópica que não deixa de dar frutos<sup>278</sup>, Campanella coloca a ideia de função social que tem na *República* de Platão uma de suas bases<sup>279</sup>.

<sup>273</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 50.

<sup>274</sup> CLAEYS, op. cit. p. 8.

<sup>275</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 54.

<sup>276</sup> Idem, p. 53.

<sup>277</sup> Idem, p. 64.

<sup>278</sup> Idem, p. 69.

<sup>279</sup> PLATÃO, op. cit. p. 32-33.

Mas, ao contrário da sociedade criada na obra do filósofo grego, o calabrês propõe educação universal, o ensinamento é dado a todos e todas em diversas as funções, apesar de cumprirem apenas uma no Estado<sup>280</sup> e de deixar às mulheres normalmente as funções mais “leves” e submissas, como já dito.

Campanella irá colocar em sua obra uma visão pessoal de sociedade ascética, onde todos os cidadãos respeitam a moral comunitária do trabalho, buscam uma vida de santidade e, sobretudo, respeitam a sabedoria do seu líder<sup>281</sup>. Segundo o almirante, o líder mais sábio e definitivamente a última palavra na cidade do Sol é chamado de Sol, ou o Metafísico, autoridade absoluta, submetidos a ele o temporal e o espiritual<sup>282</sup>. A cidade do Sol é uma sociedade hierárquica, novamente lembrando os preceitos de Platão, onde “os mais sábios governam”. Este, por meio dos ensinamentos de Sócrates, colocava os filósofos como mais sábios e detentores do poder, já Campanella coloca nomes e caráter moral em seus governantes<sup>283</sup>.

Logo abaixo de Sol, são escolhidos três chefes para comandar o bom funcionamento da cidade, são eles: o Poder (Pon), a Sabedoria (Sin) e o Amor (Mor), que nos mostra o caráter moral dado por Campanella aos comandantes sapientíssimos desta cidade utópica<sup>284</sup>. O Poder cuida do militarismo e das construções, tanto nos tempos de guerra, como nos de paz<sup>285</sup>. Delumeau nos lembra de que, apesar de ter certa desavença pessoal com Maquiavel, seu contemporâneo, Campanella compartilhava alguns aspectos de sua filosofia<sup>286</sup> e este exército contínuo, mesmo em tempos de paz, lembra um preceito de Nicolau Maquiavel em *O Príncipe*<sup>287</sup>. A Sabedoria cuida das ciências, tanto artes do pensamento quanto as mecânicas e possui diversos magistrados menores sob suas ordens: o Astrólogo, Cosmógrafo, Aritmético, Retórico, Político, Gramático, Lógico, Poeta, Moralista, Historiógrafo, entre outros<sup>288</sup>. Além destes, tem o Amor, que comanda as questões de geração, vestuário e alimentação<sup>289</sup>. Aqui, uma convergência pode ser apresentada com a obra de Jean Bodin, muito influente na época

---

<sup>280</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 39-43.

<sup>281</sup> Idem, p. 27.

<sup>282</sup> Idem, p. 17

<sup>283</sup> Idem, p. 16-23

<sup>284</sup> Idem, Ibidem.

<sup>285</sup> Idem, p. 17.

<sup>286</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 277-290.

<sup>287</sup> MAQUIAVEL, op. cit.

<sup>288</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 17-18.

<sup>289</sup> Idem, p. 22-23.

de Campanella. O francês, assim como o italiano, era herdeiro de um forte influência do humanismo neoplatônico e utilizava as simbologias da força, sapiência e cuidado familiar para definir o bom governo<sup>290</sup>. Campanella colocava estas simbologias no papel, como poderes morais, os cargos de domínio do Estado possuindo já essas alcunhas; enquanto Bodin, preocupado com uma análise da política real, as mantinha apenas como preceitos morais a serem seguidos. A magistratura, presente na obra de Campanella, sobretudo pelos diversos magistrados da Sabedoria, também é enfatizada por Bodin como útil. Mas o jurista francês não coloca os magistrados como soberanos, mas como depositários do poder soberano<sup>291</sup>.

Como já bem sabemos, o tempo e o espaço são fundamentais para compreendermos os ideais de certas personagens. Campanella cresceu em uma Nápoles constantemente alvo de dominações, seja dos franceses ou de outros principados vizinhos, como Milão e Florença, mais fortes politicamente<sup>292</sup>. Como já havíamos discutido anteriormente, o que hoje se conhece como Itália era, desde meados da Idade Média, uma terra de insubmissão e ideais republicanos, sobretudo com destaque para a resistência do republicanismo em Veneza<sup>293</sup>. Skinner nos aponta uma disputa não só de terras acontecendo neste momento, mas também de escritos. Entre os séculos XIV e XVII serão publicados muitos espelhos de príncipes (obras com o intuito principal de dar conselhos para a manutenção de principados e reinados), com destaque para autores como Maquiavel, Patrizi e Vergerio, em confronto com ideais republicanos, que inclusive detinham a simpatia também destes autores<sup>294</sup>. Campanella crescerá em uma das regiões mais pobres do que hoje denominamos Itália, no período. Como já discutimos nos capítulos anteriores, os furtos e a pobreza dominavam o sul da Itália, considerada “incivilizada” por muitos. Campanella beberá de diversas dessas influências políticas, pois mesmo que tenha sido um árduo defensor do poder centralizado nas mãos da Igreja, também foi influenciado pelo republicanismo, montando seu Estado ideal em um modelo que mescla a autoridade inalienável com certas doses de participação política. Ainda que esta participação política seja ilusória, pois a moral e os costumes da cidade influenciam facilmente seus cidadãos, dá a

---

<sup>290</sup> LENZ, op. cit. p. 130-133.

<sup>291</sup> Idem, Ibidem.

<sup>292</sup> SKINNER, 1996, op. cit. p. 91-98.

<sup>293</sup> Idem, p. 160-165.

<sup>294</sup> Idem, p. 145-147.

sensação de participação política e afasta a ideia do monarca autoritário que não ouve os cidadãos.

É uma sociedade totalmente estratificada, mas levada neste aspecto ao natural, como uma verdade absoluta, muito provavelmente pela educação regrada. Qualquer um pode aspirar a qualquer cargo, desde que tenha “aptidão natural” para isso, inclusive para os cargos de magistrados e o próprio Sol, que apesar de ser vitalício, pode ser substituído caso não esteja bem servindo à população<sup>295</sup>, o que, no caso, constitui um paradoxo pela suposta perfeição dos habitantes desta comunidade utópica. A cada lua nova ou cheia é convocada uma assembleia popular com todos os habitantes maiores de 21 anos e são discutidos os problemas da cidade, que são levados aos magistrados menores e posteriormente ao Sol, mas como enfatiza o Almirante, graças à capacidade incrível e moral insubornável dos habitantes solares, problemas graves não aparecem<sup>296</sup>. Apesar disso, são ensinadas mais de uma aptidão para todos, mesmo que cada um tenha sua função na cidade, como já dito anteriormente.

Percebemos, com a realização de assembleias populares, por exemplo, a existência de um sistema representativo. Retomamos aqui Jean Bodin, que na época definiu três modelos de soberania: a democracia, a monarquia e a aristocracia<sup>297</sup>. O conceito central, no entanto, é a soberania. Para Bodin, o poder soberano é essencial para a existência de uma comunidade civil, uma República<sup>298</sup>. Portanto, o modelo social segundo Jean Bodin e de grande aceitação na época era definido pela quantidade de pessoas que detinham o poder soberano (uma no caso da monarquia, uma parte na aristocracia e todos ou, ao menos, a maioria na democracia). Tal conceito é definido por meio dos privilégios inalienáveis concedidos e responsabilidade sobre uma reunião de famílias<sup>299</sup>, além do direito de legislar<sup>300</sup>. O governante passa a ter, no entanto, responsabilidade para com seus súditos, garantir a ordem, que para Bodin era mais importante que a busca pela liberdade<sup>301</sup>.

A cidade possui o triunvirato no poder, o que a aproximaria do conceito de aristocracia. Apesar disso, os três governantes detém o poder de legislar, mas os bens

---

<sup>295</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 29-36.

<sup>296</sup> Idem, p. 47-48.

<sup>297</sup> LENZ, op. cit. p. 130-132.

<sup>298</sup> BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República – Livro Primeiro**. São Paulo: Ícone, 2011. p. 71-72.

<sup>299</sup> BARROS, op. cit. p. 141-143.

<sup>300</sup> Idem, p. 146.

<sup>301</sup> LENZ, op. cit. p. 126-127.

públicos, propriedades e conquistas são repartidos na utopia de Campanella, o que Bodin colocava como característica da democracia<sup>302</sup>. Porém Campanella não propõe um modelo tipicamente democrático. As decisões são baseadas em “verdades concretas” e os cidadãos possuem os mesmos objetivos e opiniões, ao que tudo indica. Isto exclui a possibilidade de um governo do povo. O governo da Cidade do Sol aproxima-se de uma monarquia teocrática se pensarmos que o poder de legislar fica nas mãos do Sol, última palavra na cidade, é o soberano. Mas a questão de divisão de bens e exclusão da propriedade privada tornam este modelo de poder monárquico diferente do comum. Tendo como base a teoria política de Bodin, utilizada na época de Campanella, nos damos conta que o autor acaba mesclando componentes para formar sua República ideal, mas se basearmos na questão de concentração de poder, podemos afirmar que ele é basicamente concentrado nas mãos do Sol, governante soberano, apesar de não inalienável.

Lembramos novamente que Campanella enfatiza, sobretudo no final do seu livro, quando vai defender sua cidade de algumas supostas objeções a seu funcionamento, que os habitantes solares são muito bem educados em suas ciências e, além disso, tem a ajuda dos astros para manter a cidade em paz e sem perigos de rebeldias ou revoluções. Cria ainda leis, seja por mera precaução ou sincera desconfiança da natureza humana, sendo muito poucas, escritas em uma prancha de bronze e baseadas sobretudo em virtudes<sup>303</sup> influenciadas pelo pensamento cristão do autor, algumas das quais já discutimos. Observamos ainda que no decorrer da descrição do Almirante, uma pulga pode ficar atrás da orelha do leitor. Tantas vezes é enfatizada a falta de soberba dos habitantes desta sociedade por ser pobre e, ao mesmo tempo, a falta de furtos por ser rica; apesar disso, quando está descrevendo uma refeição dos habitantes solares, o almirante deixa escapar um privilégio concedido aos que obtiveram seu “mérito”:

Os mestres recebem uma ração maior, da qual soem (sic) enviar uma parte, como prêmio, às crianças de sua mesa que mais se distinguiram pela manhã, nas aulas, nos debates científicos ou nos exercícios militares, tendo-se por muito honrosa essa homenagem.<sup>304</sup>

---

<sup>302</sup> Idem, p. 131

<sup>303</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 83

<sup>304</sup> Idem, p. 42.

Podemos questionar, neste caso, a igualdade da natureza humana que propõe o autor. Se todos possuem sua função no Estado, qual o valor de premiações individuais? A competição não acarretaria uma hierarquia? Essa meritocracia não poderia causar rebeliões e revoltas? São questões que Campanella não responde, ou não observa quando nos descreve este país. Nota-se que a questão hierárquica e o pensamento meritocrático não é ausente, apesar do estilo comunitário da cidade. Campanella valoriza o trabalho e isso é notável inclusive em seu discurso contra o ócio nas cortes espanholas que tem consequências em sua Calábria natal. Interessante também notar que um autor como esse, que tanto defendeu uma monarquia nas mãos da cristandade<sup>305</sup>, coloca como incerta esta questão na *Cidade do Sol*. Já discutimos no primeiro capítulo a questão da religião natural e do deus presente na natureza que Campanella coloca inclusive na sua utopia, além de também já termos discutido seus possíveis cismas com o catolicismo em momentos de sua vida. Aqui, apesar da cidade ser comandada por uma trindade moral<sup>306</sup>, não possuem a revelação cristã e não são cristãos de fato, mesmo que admirem várias figuras da história desta religião<sup>307</sup>, sendo que o Almirante os dizia serem “bramânicos-pitagóricos”<sup>308</sup>.

O lado místico de Campanella, estudante de astrologia, cabala, hermetismo e magia<sup>309</sup>, aparece por toda parte em sua obra, desde a construção física da cidade, já citada, até a questão de origem das coisas naturais, como afirmar que o mundo é um grande animal e todos vivem em seu ventre, aliado às longas descrições de rituais, de sacrifícios humanos e a profecias<sup>310</sup>. Interessante nestes rituais e sacrifícios é a hibridização que faz Campanella. Juntamente à mística presente na cidade, o cristianismo não perde seu espaço nessa filosofia:

[...] creem que é certo o que disse Cristo sobre os signos dos astros, do Sol e da Lua ainda que aos néscios pareça uma tolice, e que o fim das coisas chegará como o ladrão na noite. De onde esperam a renovação do século ou talvez o seu fim. Opinam que é muito problemático determinar se o mundo foi feito do nada, ou das ruínas de outro

<sup>305</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 101-114.

<sup>306</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 16-23.

<sup>307</sup> Idem, p. 56-58.

<sup>308</sup> Idem, p. 57.

<sup>309</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 195-215.

<sup>310</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 84-93

mundo ou do caos. O que sim lhes parece verossímil e inclusive certo é que o mundo foi feito. São inimigos de Aristóteles, a quem consideram um pedante.<sup>311</sup>

Essa mistura de astrologia com o cristianismo e profecias de fim de mundo são características do pensamento filosófico de Campanella, inseridas na sua utopia. O que chama atenção é o fato de o autor colocar mais dúvidas que certezas nos habitantes, apesar de afirmar a criação, procura livrar os solarianos de dogmas e adorações obrigatórias. Cita Aristóteles, afirmando possivelmente sua desavença com a filosofia do estagirita, por tantos motivos que já expomos. O que confirma a sua ideia de liquidar com a filosofia aristotélica, fazendo da “cidade perfeita e harmoniosa” sua inimiga. Logo depois, irá afirmar que os solarianos honram as “coisas vivas”, como o Sol e as estrelas<sup>312</sup>, indo em direção à ideia do deus presente em sua própria criação, na contramão de Aristóteles. Ainda irá afirmar que os habitantes acreditam no movimento dos planetas<sup>313</sup>, confirmando a teoria de Galileu, a quem já dedicou inclusive uma apologia. Esses exemplos demonstram como Campanella descreveu grande parte de sua filosofia presente em obras anteriores dentro desta sua utopia, sua “cidade perfeita”.

Vittorio Frajese, escrevendo no *Dicionário das Utopias* sobre a cidade de Campanella, irá chamar o grande magistrado da cidade, *Sol*, de “monarca filósofo”<sup>314</sup>, com um “governo absoluto”<sup>315</sup>, uma realização das profecias de Campanella, sua anunciação da era de ouro<sup>316</sup>. Fournel também defende esta visão de um governo centralizado na utopia de Campanella, exaltando o discurso autoritário, sobretudo no controle dos corpos e ideias, apesar da total comunidade de todos os bens<sup>317</sup>. O autor ainda lembra de obras do monge como *Monarquia da Espanha e Monarquia da França*, a primeira escrita antes e a segunda depois da *Cidade do Sol*, onde defende posições monarquistas de domínio mundial centralizado. Fournel coloca *A Cidade do Sol* e seu discurso de certa forma autoritário como uma consequência deste pensamento<sup>318</sup>.

---

<sup>311</sup> Idem, p. 89.

<sup>312</sup> Idem, p. 90.

<sup>313</sup> Idem, Ibidem.

<sup>314</sup> FRAJESE, Vittorio. “CAMPANELLA”, In RIOT-SARCEY, Michèle; BOUCHET, Thomas; PICON, Antoine (org.). op. cit. p. 47.

<sup>315</sup> Idem, Ibidem.

<sup>316</sup> Idem, p. 48.

<sup>317</sup> FOURNEL, op. cit. p. 80-82

<sup>318</sup> Idem, p. 80

Já na utopia do monge, na versão que aqui serve como fonte, o tradutor Fernando Andrade<sup>319</sup> traz a concepção da cidade como uma República que antecipa ideais como os de Thomas Hobbes e Spinoza sobre a necessidade de leis que “moderem o comportamento humano”, sobretudo o de guerra natural, que seria pretensamente controlado pelo “temor às leis”<sup>320</sup>. Afirma que não pode ser uma democracia, mas o fato da possibilidade de troca no “comando” já afasta também uma monarquia<sup>321</sup>. Além do fator de privilegiar o social, que é uma característica mais republicana que monárquica. Carlos Berriel, professor especialista na obra de Campanella, traz a questão de uma “república racional”, afirmando que “a vida dos solarianos é completamente organizada pela razão”<sup>322</sup>.

Berriel irá ainda caracterizar Campanella em seu tempo e sua obra como um “desafio” à escolástica, colocando-o em seu contexto como crítico da Contrarreforma:

Tommaso Campanella é o autor da utopia mais sintética e formalizadora dos intrincados problemas da Contra-Reforma. Sua estrutura é ampla, complexa, audaciosa, e para compreendê-la é necessário arregimentar noções funcionais daquele período histórico – estamos pensando não apenas na crise religiosa, com a reordenação da Igreja Católica no processo do Concílio de Trento, mas também na consolidação da monarquia espanhola sob o absolutismo, nas guerras de religião na França, na Guerra dos 30 Anos, na passagem da economia mercantil para a manufatura – e enfim, na revolução científica.<sup>323</sup>

Como crítico da sua época, portanto, Campanella não é uma personagem de pensamento único e “petrificado”, mas um polemista feroz por tudo o que estava ao seu redor e não agradava seu pensamento aglutinador. É um dos grandes filósofos da Renascença e, como fruto de seu tempo, deixou literalmente sangue para publicar seus pensamentos filosóficos, estes que entram em contato, hibridizam-se na *Cidade do Sol*.

Tommaso Campanella, personagem iconoclasta, foi sem dúvidas um homem de diversas faces, ambíguo, um incansável pensador que previa a humanidade reunida e se dizia o profeta desta “nova terra”. São muitas perguntas que um historiador pode fazer a

<sup>319</sup> Nesse caso, não um historiador, mas da área do direito.

<sup>320</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 47

<sup>321</sup> Idem, Ibidem.

<sup>322</sup> Trad. livre do autor: “La vita dei solariani e completamente organizzata dalla ragione” BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. “Campanella, l’immaginazione utópica al servizio del cesaropapismo”. São Paulo: UNICAMP, *Revista Morus Utopia e Renascimento*, No. 6, 2009, p. 52.

<sup>323</sup> BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. “Campanella: a consciência possível da Contra-Reforma. Considerações sobre o “Appendice dela politica detta La Città del Sole di fra’ Tommaso Campanella – Dialogo poetico” (1602)”. São Paulo: UNICAMP, *Revista Morus Utopia e Renascimento*, No. 7, 2010, p. 108

ele e a suas obras. Aos nos perguntarmos sobre o governo da cidade, obtivemos referenciais amplos. Campanella foi como árduo defensor da monarquia, por vezes nas mãos da Espanha, França ou da Igreja Católica, mas ao mesmo tempo era herdeiro da filosofia republicana do sul da península<sup>324</sup> e foi, sobretudo, um garoto pobre, o que influencia certamente na ideia da cidade em excluir a propriedade privada. Esta certeza de que o mundo deveria ser regido por uma centralização do poder transforma-se, na Cidade do Sol, em um triunvirato baseado em preceitos morais que prestam contas a um governante sábio. Sua preocupação com o bem-estar social, a divisão de todos os bens e a formação de assembleias públicas estão também interligados com a progressão no pensamento político, onde o governante, além de garantir o poder, também é responsável por seu povo. Herdeiro do pensamento de Platão ao colocar o governo nas mãos dos sábios, o autor torna toda a sua cidade sábia, graças aos astros, que representam deus. Sendo assim, a perfeição mística reina e os governantes cumprem apenas o seu papel por terem sido designados por nascença para tais feitos. Campanella instaura um governo de deus e esta teocracia com ares de liberdade, sobretudo pelo grande acesso ao conhecimento, representa muito sobre o que o próprio autor afirmava profetizar em grande parte de sua vida.

---

<sup>324</sup> SKINNER, 1996, op. cit. p. 25-34

## Considerações Finais

“Um mapa do mundo que não incluía a Utopia não merece o mais breve olhar...”<sup>325</sup>

Ao final de uma árdua pesquisa sobre uma das mais famosas utopias do início do período moderno, podemos confirmar a importância que tiveram tais obras para a construção ideológica, intelectual e arrisca-se dizer até moral das sociedades que entraram em contato com elas. Em despeito das teorias materialistas que por muito tempo dominaram a pesquisa histórica e colocaram à margem os estudos idealistas, vivemos tempos em que o subjetivo ganhou muita força, como resultado da crise nos paradigmas da pesquisa histórica. A utopia entra aí como o horizonte a ser buscado, a ideia plantada que é inscrita na eternidade e pode ser colhida a qualquer momento.

Tais ideais correram o tempo e chegam hoje às nossas mãos. A literatura, como uma representação, torna-se uma das maneiras de construir-se e perpetuar uma imagem de algo, em uma relação com a realidade vivida, sobretudo com o contexto social, criando estratégias e práticas<sup>326</sup>. Ler um livro, principalmente em uma grande distância temporal, é folhear letras muito antigas, realidades distantes e muitas vezes sofrimentos ressentidos, ecos de sociedades mortas. A literatura é um objeto de vital importância para o estudo histórico principalmente pela compreensão de realidades, desejos e ideais que não necessariamente seguem um método e são deixadas para a posteridade.

Neste caso, a *Cidade do Sol* se inscreve como obra característica de sua época, apesar de não ser tão comentada como *A Utopia* de More, cunhadora do termo. Campanella, em sua condição de presidiário, coloca fatores como a astrologia, abolição da propriedade privada, comunhão de bens e poder baseado no moralismo cristão para colocar em detalhes o que para si pareceria um bom governo, com destaque para aquilo que poderia ser considerado revolucionário para a época, como a educação universal e a rejeição ao ouro e bens.

---

<sup>325</sup> WILDE, Oscar. “A alma do homem sob o socialismo”, In: MUMFORD, Lewis, op. cit. p. 5

<sup>326</sup> CHARTIER, 1990, op. cit. p. 17

Sobretudo, Campanella é uma personagem interessante por sua trajetória. Um filho de sapateiro analfabeto nascido em uma província pobre de Nápoles que quis incendiar a filosofia aristotélica e enfrentou, quando necessário, seus inimigos sem medo, o que lhe rendeu vinte e sete anos enclausurado. O que parecia impossível para aquele menino prodígio de Stilo, como tantos outros e outras que viveram e morreram sem as mesmas oportunidades, se tornou realidade e hoje Campanella é agraciado com uma estátua de bronze em seu vilarejo natal<sup>327</sup>.

Na obra principal do monge, responsável por escrever seu nome na história, procuramos aqui analisar sua visão de Estado. Colocando seu deus natural representado pela astrologia, esta é a base governamental de Campanella, que aqui chamamos de Estado místico. Além de místico, denominamos também comunitário. O autor trata a família, que em sua época é a célula principal do Estado, como sendo o próprio, em convergência com Platão, sendo todos os habitantes pertencendo à mesma família. O Estado comunitário, aqui, não é de escolha própria, mas dos astros, que incutem essa personalidade no cidadão e na cidadã já no instante de seu nascimento, o que nos faz questionar certos aspectos de liberdade de expressão, discurso que o autor utilizou para publicar escritos, como *Apologia a Galileu* por exemplo. Ainda assim, por proclamar assembleias públicas, o autor passa a cogitar uma possibilidade de alguma forma de um sistema representativo, apesar de rígidas leis autoritárias e morais. Um misto de ideias de Campanella são colocadas na obra para definir este Estado, mas a importância dada aos astros também nos lembra do forte lado teocrático do autor e pode significar o inevitável controle de deus sobre os humanos que se submetem à sua autoridade.

Campanella parece querer estar à frente de seu tempo, profetizar mudanças políticas, pregar a razão (ainda que a religião seja vital para ele) que teria consequências inclusive na evolução tecnológica, como “navios que são capazes de sulcar os mares sem a ajuda do vento nem do esforço humano”<sup>328</sup>. Dos calabouços escuros da Nápoles moderna, um homem procurava revolucionar sua época, ser um arauto da razão, modificando o que se pensava em relação à comunidade, divisão de bens e inclusive a visão sobre deus e o fim da autoridade dos escritos sagrados sobre as experiências espirituais. *A Cidade do Sol* sem dúvidas teve seus impactos futuros e diferentes interpretações, eternizando ideais de um garoto humilde do sul da Itália, que propôs

---

<sup>327</sup> DELUMEAU, op. cit. p. 27

<sup>328</sup> CAMPANELLA, 2002, op. cit. p. 71

para si a missão profética de idealizar uma comunidade filosófica e comunitária, seguindo o caminho de deus trilhado pelos astros.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Alberto Ribeiro de. **“O conceito de soberania no Methodus de Jean Bodin.”** São Paulo: *Revista discurso*, n. 27, 1996.

BERLIN, Isaiah. **Quatro ensaios sobre a liberdade.** Brasília: UnB, 1981.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **“Campanella: a consciência possível da Contra-Reforma. Considerações sobre o “Appendice dela politica detta La Città del Sole di fra’ Tommaso.”** São Paulo: UNICAMP, *Revista Morus Utopia e Renascimento*, No. 7, 2010.

BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **“Campanella, l’immaginazione utópica al servizio del cesaropapismo”.** São Paulo: UNICAMP, *Revista Morus Utopia e Renascimento*, No. 6, 2009.

BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República – Livro Primeiro.** São Paulo: Ícone, 2011.

CAMPANELLA, Tommaso. **A Cidade do Sol.** São Paulo: Ícone, 2002.

CAMPANELLA, Tommaso. **Apologia de Galileu.** São Paulo: Hedra, 2007.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Publifolha, 2000.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CHARTIER, Roger. **Cultura Escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit.** Porto Alegre: Artmed, 2001.

CHARTIER, Roger. **“O mundo como representação”,** In: **À beira da falácia: a história entre incertezas e inquietude.** Rio Grande do Sul: UFRGS, 2002.

CLAEYS, Grégory. **Utopia: a história de uma ideia.** São Paulo: Sesc, 2013.

COVERLEY, Merlin. **Utopia.** London: Oldcastle Books: Pocket Essentials. 2010.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DA SILVA, Ricardo Oliveira. **História das ideias: abordagens sobre um domínio historiográfico.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais - RBHCS Vol. 7 N° 13, Julho de 2015.

DE AQUINO, Tomás. **O ente e a essência.** Covilhã: Lusosofiapress, 2008.

DE CRESCENZO, Luciano. **História da filosofia moderna.** Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

DELUMEAU, Jean. **O mistério Campanella: a vida de um dos maiores filósofos da Renascença.** São Paulo: Madras, 2011.

ESPIG, Márcia Janete. **“O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela história.”** Canoas: *Revista Textura*, n. 9, nov. 2003 - jun. 2004.

EVOLA, Julius. **A tradição hermética: Nos seus símbolos, na sua doutrina e na sua Arte Régia.** São Paulo: Martins Fontes, 1971.

FIRPO, Luigi. **A utopia política na Contra Reforma.** Campinas: UNICAMP, Revista Morus Utopia e Renascimento, vol. 5, 2008.

FOURNEL, Jean-Louis. **“Eugenia e universalismo imperial (O controle dos casamentos e da natalidade no pensamento político de Tommaso Campanella).”** In: MATTOS, Maria Izilda S. de; SOIHET, Raquel (org). **O corpo feminino em debate.** São Paulo: UNESP, 2003.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **Cocanha: a história de um país imaginário.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim: vagabundos e miseráveis na literatura europeia: 1400-1700.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENZ, Sylvia Ewel. **“Jean Bodin: As premissas de um Estado soberano.”** Londrina: *Revista Mediações*, vol. 9, n. 1, 2004.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** São Paulo: DPL, 2008.

MONETI CODIGNOLA, Maria. **“Campanella, a cidade historiada”.** Tradução de Ana Carolina Romano Ribeiro. In: MONETI CODIGNOLA, Maria. **Il paese che non c'è e il suoiabitanti.** Firenze: La Nuova Italia, 1992.

MORA, José Ferrater. **Diccionario de Filosofia.** Buenos Aires: Sudamericana, Tomo I, 1975.

MORE, Thomas. **A Utopia.** São Paulo: Martin Claret, 2010.

MUMFORD, Lewis. **História das utopias.** Lisboa: Antígona, 2007.

PALMA, Silvana de Paula. **As mulheres nas utopias modernas: A Cidade do Sol, Nova Atlântida e as (des)igualdades imaginadas.** Florianópolis: UDESC, 2015.

PESAVENTO, Sandra. **“Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário.”** São Paulo: *Revista Brasileira de História*, vol. 15, n. 29, 1995.

PLATÃO, **A República**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2009.

POCOCK, John. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RIOT-SARCEY, Michèle; BOUCHET, Thomas; PICON, Antoine (org.). **Dicionário das utopias**. Lisboa: Texto e Grafia, 2008.

ROMANO RIBEIRO, Ana Claudia. **A Ilha dos Hermafroditas: viagem à França especular de Henrique III**. Campinas: Sínteses – Revista dos cursos de pós-graduação, vol. 11, 2006.

SILVÉRIO LIMA, Luís Filipe. **O império dos sonhos: narrativas proféticas, sebastianismo e messianismo bigantino**. São Paulo: USP, 2005.

SKINNER, Quentin. **As ciências humanas e seus grandes pensadores**. Lisboa: Nova Enciclopédia, 1992.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2012.

WILSON, Edmund. **Rumo à estação Finlândia: escritores e atores da história**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.